

GIZELLY RODRIGUES

*No Cotidiano da Profissão: a prática
profissional dos Assistentes Sociais com
famílias.*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora
Regina Célia Tamaso Mioto

DEFINIDO EM
FLORIANÓPOLIS 30/04/02


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS
2002

GIZELLY RODRIGUES

NO COTIDIANO DA PROFISSÃO: A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES
SOCIAIS COM FAMÍLIAS.

Trabalho de conclusão de curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Regina Célia Tamaso Miotto

Marli Palma Souza

Silvana Silveira Medeiros

Florianópolis, Abril de 2002.

Dedico este trabalho aos meus pais, Hermelino e Dulcemar, à minha irmã, Adriana, e à minha orientadora, Regina, pois, sem o apoio incondicional dos mesmos, eu nunca me tornaria uma Assistente Social, e este trabalho jamais seria possível.

Agradecimentos...

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa...

À Prof.^a Regina Célia Tamaso Mioto, por tudo que me ensinou, pelas oportunidades que me proporcionou, e por sua compreensão, mesmo diante da minha incompreensão...

Às demais professoras do Departamento de Serviço Social, em especial, às Professoras Marli Palma Sousa e Silvana Silveira Medeiros, e à Assistente Social Eliete Maria de Lima, que, através de suas práticas, me ensinaram os caminhos da profissão...

Aos meus pais, porque o amor deles é tudo para mim, porque confiaram em mim, mesmo quando eu não confiava...

À minha irmã, Adriana, que sempre acreditou nos meus sonhos, e não mediu esforços para me ajudar a realizá-los...

Aos meus sobrinhos, Bruno e Kariny, e as minhas afilhadas, Júlia e Suélem, por terem sido a alegria dos meus dias, e por todo carinho que me deram...

Às minhas amigas, Cristina e Priscila, porque a amizade delas me ajudou nos momentos difíceis que tive, e me proporcionou os melhores momentos desses quatro anos de faculdade...

A todos que torceram por mim, e que, com os seus sorrisos, palavras e carinho me ajudaram nessa conquista...

E, sobretudo, e acima de tudo, a Deus, que tornou tudo isso possível, que colocou todas essas pessoas no meu caminho, e cuja força eu senti em todos os dias dessa caminhada...

Muito Obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE FAMÍLIA À CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	11
1 A FAMÍLIA NO DISCURSO CIENTÍFICO.....	11
1.1 A FAMÍLIA NAS DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS.....	12
1.2 A CONSTRUÇÃO DOS MODELOS IDEAIS.....	14
1.3 AS PROPOSTAS PARA UMA NOVA CONCEITUAÇÃO.....	17
2 AS CONFIGURAÇÕES DA FAMÍLIA BRASILEIRA.....	20
2.1 AS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA FAMÍLIA.....	20
2.2 AS CARACTERÍSTICAS RELACIONAIS DA FAMÍLIA.....	23
3 A FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	27
3.1 OS PROCESSOS HISTÓRICOS.....	28
3.2 OS ASPECTOS ATUAIS.....	30
CAPÍTULO II – DA ORIGEM DA PRÁTICA PROFISSIONAL À PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS.....	34
1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO.....	34
1.1 O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO MUNDIAL.....	34
1.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO NACIONAL.....	37

2	A PRÁTICA PROFISSIONAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	42
2.1	OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	42
2.2	OS ASPECTOS GERAIS DA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	45
3	A PRÁTICA PROFISSIONAL COM FAMÍLIAS.....	49
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	49
3.2	A PROPOSTA DA PESQUISA.....	51
3.2.1	Objetivos.....	52
3.2.1.1	Objetivo geral.....	52
3.2.1.2	Objetivos específicos.....	52
3.2.2	Metodologia.....	52
3.3	A DINÂMICA DA PESQUISA.....	55
 CAPÍTULO III – AS TRAMAS DO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS		
ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS.....		57
1	OS OLHARES SOBRE O COTIDIANO PROFISSIONAL.....	57
1.1	O COTIDIANO PROFISSIONAL NAS “ARTES DE DIZER”.....	58
1.2	O COTIDIANO PROFISSIONAL NAS “ARTES DE FAZER”.....	62
2	O COTIDIANO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA.....	68
2.1	A DINÂMICA DO COTIDIANO PROFISSIONAL.....	68
2.2	AS DETERMINAÇÕES GERAIS DO COTIDIANO PROFISSIONAL.....	75
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		80
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		83

RESUMO

Nos múltiplos aspectos que podem ser pesquisados a partir da cotidianidade das ações profissionais, está a prática profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias. Desvendar as bases sobre as quais se organiza o trabalho profissional, descrever e analisar as práticas que figuram no cotidiano da profissão e identificar os principais fatores determinantes da ação profissional com famílias são objetivos desse trabalho, que se encontra ancorado numa pesquisa de natureza qualitativa que envolveu: coleta viva de dados junto a grupos de assistentes sociais, a observação participante em programas de atendimento familiar e a revisão bibliográfica sobre o tema. Os resultados indicam um cotidiano profissional onde predominam ações acionadas em caráter de emergência que não permitem, portanto, um processo de reflexão mais elaborado para a ação que assume um caráter fragmentado e pontual, que os profissionais buscam modificar. Através de autores como Iamamoto (1997) e Martinelli (1991), percebe-se que essas características da prática profissional se apresentam na trajetória histórica do Serviço Social, tanto no cenário nacional, quanto no contexto mundial. Os resultados referendam ainda as análises de Carvalho (1997), bem como de outros autores, sobre a inserção das famílias nas políticas sociais brasileiras e nos serviços que resultam destas, como uma inclusão fragmentada da família que se dá ainda, a partir da sua incapacidade de cumprir determinadas funções socialmente concebidas como de sua responsabilidade. Tudo isso acaba se refletindo na prática dos assistentes sociais que possui limites muito claros, como, por exemplo, aqueles que emanam da instituição na qual o profissional se insere. Os profissionais reconhecem os limites e possibilidades de suas práticas e nas “artes de dizer”, onde se insere, de acordo com Certeau (1994), o discurso profissional, já encontraram maneiras de redefini-las. Apontam assim, para a possibilidade de construção de uma nova prática que rompa de maneira definitiva com os estigmas históricos da profissão, e que reconheça a família não apenas como um espaço de cuidado, mas também como um espaço a ser cuidado, tal como preconiza Mioto (2000). Tal reconhecimento pressupõe a adoção de uma perspectiva crítica que leve em conta as relações que a família estabelece com o contexto social mais amplo.

INTRODUÇÃO

Cotidiano. Trata-se de uma palavra que por si só emana uma imensa gama de reflexões. Cotidiano profissional. Quando agrega-se ao cotidiano a palavra profissional, confere-se a ele características muito peculiares, que aumentam significativamente as possibilidades de reflexão em torno desse universo, pois define-se qual a linguagem que o orienta. Quando se trata então do cotidiano profissional, compreendido como o espaço onde as práticas profissionais acontecem, e desse universo destacam-se as práticas profissionais com famílias, encontra-se aí um possível objeto de estudo extremamente complexo.

Tal complexidade faz com que um trabalho que se propõe a discutir o cotidiano da prática profissional dos assistentes sociais com famílias, não possa deixar de refletir em primeira instância sobre a própria família, a forma como ela foi e é estudada, as suas configurações na sociedade atual, e, sobretudo, a forma como a mesma se insere nas políticas sociais. Mas também pressupõe refletir sobre o próprio Serviço Social, sobre o seu surgimento e sua configuração histórica no cenário nacional.

Contudo, desvendar as bases de organização do trabalho profissional com famílias nesse espaço da cotidianidade, descrever e analisar essas práticas e identificar os principais determinantes das mesmas, só torna-se possível se o pesquisador se inserir nesse espaço e, através de um processo de interlocução aberto com os sujeitos que se movimentam nele, desvendar então as tramas desse cotidiano.

Esta é a proposta deste trabalho. Adentrar nesse espaço denominado de cotidiano da profissão, reconhecer e analisar as práticas que compreende, a dinâmica que o rege, identificar os seus principais determinantes e, assim, a partir de um olhar crítico sobre esse cotidiano, descobrir quais são as características dos processos de intervenção dos assistentes sociais com famílias.

Tal proposta surge a partir da participação da autora como bolsista de iniciação científica no projeto *“Por onde caminham os processos de intervenção dos assistentes sociais em famílias com condutas autodestrutivas?”*, do Programa Interinstitucional de Bolsas de

Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à medida em que, desenvolvendo a pesquisa, constata-se que as condutas autodestrutivas se caracterizam como verdadeiros ícones que acionam os processos de intervenção dos assistentes sociais nas famílias. Visto isso, percebeu-se a importância de desvendar então que prática era essa, que dinâmica cotidiana estava colocada, que fazia com que as ações acontecessem dessa forma. E foi a partir de indagações como essas que se definiu o objeto de estudo desse trabalho.

Considerando-se os limites teóricos que impossibilitam que as tramas do cotidiano profissional possam ser desvendadas a partir dos referenciais teóricos tão-somente, o processo de coleta de dados desse trabalho necessitou contar de três momentos. O primeiro, caracterizou-se pela procura de material bibliográfico sobre o tema, a fim de encontrar reflexões anteriores que possibilitassem a análise dos dados colhidos. O segundo, consistiu na formação de grupos de profissionais em reuniões, onde os mesmos realizavam discussões a respeito de suas práticas e a pesquisadora realizava então a observação e anotação das discussões. O terceiro e último momento consistiu na inserção da pesquisadora nas tramas do cotidiano, realizando então a observação participante no âmbito de um serviço de atendimento a famílias. Dada a natureza do objeto e os procedimentos necessários para estudá-lo, a pesquisa realizada nesse trabalho apresentou então natureza qualitativa.

Mas como já foi dito, o cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias é um espaço de imensas possibilidades de reflexões e aquelas às quais dispõe-se esse trabalho a realizar, são apenas algumas dentre inúmeras. Contudo, ainda que seja para realizar apenas algumas reflexões sobre esse cotidiano, os estudos apontados no segundo parágrafo dessa introdução, como indispensáveis para desvendar esse objeto, também se fazem necessários aqui.

Assim, buscou-se estruturar este trabalho de forma a permitir, nos dois primeiros capítulos, algumas reflexões iniciais necessárias à compreensão do cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias. Então, no primeiro capítulo apresenta-se a complexidade do universo familiar e suas relações com o contexto social. No segundo capítulo, descreve-se as configurações da trajetória histórica de desenvolvimento do Serviço Social e de sua prática profissional, colocando-se ainda a proposta de estudo da pesquisa deste trabalho. Dessa forma, no terceiro e último capítulo, apresentam-se então os dados obtidos com a pesquisa, buscando caracterizar assim o cotidiano da profissão em sua dinâmica e práticas, sob uma perspectiva crítica, que retoma as questões colocadas nos capítulos anteriores e abre possibilidades de reflexão sobre a prática profissional com famílias.

E é justamente na abertura de possibilidades de reflexão sobre a prática profissional que reside a importância deste trabalho no âmbito da profissão, pois permitirá que os profissionais não apenas percebam as possibilidades de transformação de suas práticas a partir da identificação de suas tramas, como também que eles encontrem não apenas no campo verbal onde demonstram já ter encontrado, mas sobretudo no campo gestual, maneiras de romper com os estigmas históricos da profissão e construir uma nova prática efetivamente capaz de transformar.

E, ainda, se ao lerem este trabalho os profissionais perceberem que as características identificadas aqui nada têm a ver com as práticas que estabelecem, e se considerarem que nenhum processo de transformação é necessário, ainda assim este trabalho manterá sua importância, pois para que possa chegar a essa conclusão o profissional precisou repensar sua prática, ou seja, precisou refletir sobre ela. Na verdade, essa é a grande contribuição de toda pesquisa ou ainda de todo o trabalho, suscitar reflexão, e é isso que se espera que este trabalho consiga.

CAPÍTULO I

DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE FAMÍLIA À CONSTRUÇÃO SOCIAL

1 A FAMÍLIA NO DISCURSO CIENTÍFICO

A família, caracterizando-se como uma instituição social fundamental nas bases que formam, legitimam, transformam e caracterizam a sociedade, se constitui, e se constituiu ao longo da História, como um tema de estudo para diferentes áreas do conhecimento e também como objeto de intervenção de várias profissões.

Como tema de estudo na área da Psicologia, Antropologia e Sociologia, entre outras, ou ainda como objeto de intervenção de assistentes sociais, enfermeiros, médicos, psicólogos e educadores, a família não se configurou como algo estanque e ao longo dos diferentes períodos históricos assumiu formas, posições e funções, bastante distintas.

Os estudos desenvolvidos pelos diferentes pesquisadores, nas diversas áreas do conhecimento, contribuíram para que surgissem abordagens distintas em torno do universo familiar que apresentaram e apresentam, até os dias atuais, repercussões importantes nas formas da sociedade conceber e tratar a família. Dessa forma, discutir algumas contribuições dos estudos científicos relacionados à família é fundamental, já que ela se constitui como um objeto de estudo e intervenção privilegiado para o Serviço Social e é com ela que se desenvolverá a ação profissional, que se constitui como objeto de estudo dessa pesquisa.

Assim, no intuito de melhor apresentar um pouco da trajetória da família no processo de desenvolvimento do discurso científico, esse item será subdividido em três pontos que indicam

como se deu a ampliação do conceito, suas principais implicações e as novas propostas para a construção de uma nova conceituação.

1.1 A FAMÍLIA NAS DIFERENTES ABORDAGENS TEÓRICAS

Os avanços nos estudos desenvolvidos sobre família, ao contrário do que se possa imaginar, não se deram de forma sucessiva, rápida ou linear e a eles antecederam-se séculos de preconceitos em relação a muitas famílias, sobretudo as mais pobres.

No Brasil, os estudos sobre família remontam ao período colonial, no entanto, eles só tomaram impulso na década de setenta e se consolidam somente na década de oitenta como uma área particular de conhecimento e pesquisa. Segundo Osterne (2001), os estudos desenvolvidos até então não possuíam importância destacada e reconhecida no âmbito acadêmico. Tais estudos eram considerados de caráter político ou cientificamente retrógrados.

Até a década de 70, a produção científica a respeito do universo familiar esteve marcada pela influência maciça do positivismo e do funcionalismo que conduziram a uma visão muito particular de família. Mioto (1999, p. 216), ao analisar as diferentes concepções de família postuladas com base no pensamento funcionalista, afirma que

Na lógica do pensamento funcionalista, a definição de características e funções da família torna-se essencial à medida que se poderia, através do estabelecimento de funções comuns, conceber a família como universal e essencial a todas as sociedades e dessa forma se garantiria a individuação de um certo modelo dentro da variedade de formas existentes tanto no espaço como no tempo. Assim, as funções familiares seriam em alguma medida naturais, existindo uma fortíssima relação entre função e estrutura.

O pensamento positivista, por sua vez, de acordo com Osterne (2001), possuía uma íntima relação com os pressupostos da Igreja Católica, que reforçava a diferenciação dos espaços e funções que cabem a homens e mulheres na família, marcando a rua e o sustento da casa como espaço e função do homem, ao passo que à mulher cabia o espaço doméstico e o cuidado com os filhos. Contudo, o pensamento positivista acrescenta ao pensamento católico a idéia de que a família deve preparar os cidadãos para a pátria.

Semelhantes em sua natureza ou pelo menos complementares em seus postulados, positivismo e funcionalismo se mostraram muito úteis ao Estado por ocultarem as bases de uma

sociedade desigual partindo de uma certa universalidade e igualdade de condições das famílias no cumprimento de determinadas funções sociais.

Os pressupostos dessas correntes ajudavam ainda a legitimar um tipo muito peculiar de família, que teria supostamente vigorado durante o Brasil colônia, a família patriarcal. Esse modelo, tal como afirma Da Matta (1987), permaneceu no imaginário social e influenciou no século XX, em maior ou menor escala, tanto os estudos científicos e as formas de intervenção do Estado na família, quanto aos olhares sobre outros tipos de família que dela se diferenciavam e que com ela coexistiam, se projetando sobre estas como uma espécie de referência ou modelo.

Dessa forma, formou-se uma idéia específica de família que se enraizou de forma bastante forte na chamada “dimensão subjetiva” da sociedade, favorecendo a formação de dois consensos em torno da família. O de que a família é algo natural, bem como as relações de dominação que nela se estabelecem; e o de que para cumprir as funções sociais que são consideradas a ela inerentes, a família precisa apresentar uma determinada configuração em termos estruturais, ou seja, ela deve estar de acordo com um determinado modelo.

Tais consensos, no entanto, foram, ao longo do processo de desenvolvimento das diferentes ciências, contestados ou ainda desconstruídos. A concepção de família como algo natural foi contestada de forma cabal por Lèvi-Strauss em sua obra “As Estruturas Elementares do Parentesco” escrita pela autor em 1976. Nesta obra, ao retirar da família biológica o foco principal e voltar a sua atenção para o sistema de parentesco como um todo, o autor deu o passo decisivo para a desnaturalização da família. (Sarti, 1997).

De acordo com Canevacci (1985, p. 176-177), Levi-Strauss provocou uma verdadeira virada nas chamadas ciências humanas, eliminando de maneira definitiva

as fantasias sobre a família enquanto fato substancialmente natural, fundado sobre a essência biológica do ser homem: a família biológica é uma abstração indeterminada, que não tem nenhuma relação com a realidade histórica. Ao contrário. Com a solução do enigma do incesto, a família ‘expressa a passagem do fato natural da consangüinidade para o fato cultural da afinidade’. A vitória da afinidade, (...) significa a derrota da filiação e de toda teoria irracional, embora aparentemente científica, que se baseie na eternidade natural do que é historicamente dado.

A partir daí, a idéia de família como algo natural foi, pelo menos no plano teórico, contestada, dando lugar a uma nova compreensão notadamente cultural e histórica a respeito do universo familiar. Por outro lado, no plano prático, a família durante muito tempo esteve, e talvez até ainda esteja, definida tão-somente de acordo com os seus padrões biológicos e com as funções que lhes são “naturalmente” inerentes.

Uma dessas funções sociais, a partir das quais a família foi e ainda é definida, é a de cuidar das gerações futuras. Na modernidade, a questão do cuidado com as gerações futuras assumiu toda uma centralidade, gerando implicações profundas no desenvolvimento dos estudos sobre famílias e marcando, até os dias atuais, formas diferenciadas de compreensão e tratamento da família.

1.2 A CONSTRUÇÃO DOS MODELOS IDEAIS

Na modernidade, quando os primeiros cientistas começam a apontar a importância da família na socialização e educação dos novos membros, os estudos sobre a família ganham novos rumos. Isto, ao mesmo tempo que significou avanço, por apontar a importância da família como primeira instância socializadora da criança, favoreceu também o desenvolvimento da idéia da existência de um modelo ideal de família.

Para a consolidação da idéia de que as primeiras relações sociais estabelecidas no âmbito da família são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, os estudos desenvolvidos por Freud foram decisivos. De acordo com Fromm (1985, p. 171),

Freud indicou o peso decisivo da primeira infância na formação da estrutura pulsional e do caráter de um indivíduo; e mostrou que o papel principal no desenvolvimento da psique individual é desempenhado pelas relações afetivas com os genitores, pelo tipo de amor, de medo ou de ódio em relação a eles. Desse modo, ele deu uma contribuição essencial para a compreensão da eficácia da família no cumprimento das funções sociais mencionadas.

A consciência em torno da importância da família no processo de socialização das crianças e adolescentes, calcada na idéia de um modelo ideal de família, repercute de maneira decisiva na forma como a sociedade e o Estado vão tratar as questões familiares, e ainda na visão da própria família a respeito de si mesma, isto particularmente no século XX.

Na perspectiva da família como fundamental na estruturação do sujeito e na sustentação de uma sociedade saudável, tomaram corpo os processos de intervenção do Estado na família através do sistema educacional, da medicina e da assistência social, principalmente.

Na educação, por exemplo, segundo Cunha (1997), por volta de 1930, com a instituição do ensino público e gratuito como um direito de todos, a família, além de deixar de ser

considerada como o local privilegiado de educação, passou também a ser desqualificada como instância educadora e isto se aplicou particularmente às famílias de camadas populares.

Instituído em um período crítico para um país que possuía, naquele momento, nada mais nada menos do que cerca de 75% do contingente populacional analfabeto, o ensino público e gratuito e toda gama de técnicos por ele responsável precisavam encontrar explicações para uma realidade tão desoladora.

No primeiro momento, o indivíduo foi apontado como o único responsável pelo seu fracasso na escola, e a Psicologia reforçou a tese através dos seus famosos testes de QI. Tais testes, de acordo com Freitas (1998), constatavam como uma inferioridade biológica, o fato de as crianças dos bairros ricos serem mais bem sucedidas na escola do que as dos bairros pobres.

Mas, tão logo a família é percebida como instância socializadora e as influências do meio começam a ser consideradas no processo de desenvolvimento da criança, a explicação para o fracasso escolar ganha novos rumos e passa, de acordo com Dolzam (1998), da caracterização de crianças anormais, para grupos familiares patológicos e ambientes sociais atrasados, que produzem crianças desajustadas e problemáticas.

De acordo com Cunha (1997), a escola se colocava também como a grande difusora do pensamento higienista preconizado pela medicina e que trazia em si toda uma carga normatizadora que impunha às famílias uma nova forma de viver. O Estado, através das escolas, buscava intervir nas famílias a fim de evitar a formação de uma classe social de “desviantes” que poderiam colocar em discussão a ordem social estabelecida. Utilizando os alunos como instrumento, a escola buscava levar os seus ensinamentos para as famílias. A criança era alvo da campanha higienista preconizada pela medicina, e tornava-se instrumento para alcançar um alvo ainda mais amplo, que era a sociedade.

Assim, afirma Cunha (1997), era preciso primeiro convencer a criança da supremacia do saber oferecido na escola àquele que ela auferia em casa. Foi nesse ponto que as primeiras dificuldades se fizeram presentes, já que os hábitos e saberes valorizados na família eram, em geral, totalmente contrários aos ensinados pela escola e pelos técnicos higienistas.

Então, buscando normatizar a vida em família, pensando na influência das relações familiares na socialização da criança e do adolescente, passou-se a visualizar o modelo de família que seria o mais adequado para os ideais societários hegemônicos. Nesse contexto, enfatiza Szymanski (1997, p. 23), “Não tenho dúvidas de que a família que se está visualizando é composta por pai, mãe e algumas crianças vivendo numa casa. Essa imagem corresponde a um modelo, que é o da família nuclear burguesa”.

Um novo modelo de família se consolidava e embora já não assumisse integralmente os mesmos moldes do modelo patriarcal e até divergisse deste em alguns pontos, possuía o mesmo peso enquanto referência para os demais tipos de família que coexistiam.

Na aceitação do modelo nuclear burguês como verdade estabelecida, seja em grande parte nas teorias, seja nas práticas de relação e atendimento familiar e ainda nas representações sociais sobre família, o que aparece de maneira irrefletida é o viés do modelo nuclear burguês com toda a sua conotação normativa. Deixando esquecidas a origem de seus valores, suas crenças e normas, o que em geral predomina é a idéia de relações familiares baseadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência. Aceita-se a prevalência da autoridade masculina, admitem-se relações desiguais, acredita-se na crença de que o mundo externo pertence ao masculino e a casa ao feminino. Fora deste referencial, as famílias são consideradas 'incompletas' ou 'desequilibradas'. (OSTERNE, 2001, p. 55)

De acordo com Rosemberg (1984), as famílias das classes pobres eram as famílias que mais "produziam" crianças "desajustadas" e "problemáticas", pois eram essas que apresentavam os piores índices escolares, eram também as que apresentavam configurações, arranjos ou ainda formas de organização muito distintas daquela que foi cunhada como o modelo ideal de família, para a boa socialização das crianças e adolescentes.

Dessa forma, muitas vezes a realidade daquelas famílias se chocava com os padrões propostos pelo modelo ideal, fossem eles morais ou mesmo econômicos. Gomes (1997) associa essa diferença à luta pela sobrevivência, que implicava em maiores dificuldades para que aquelas famílias se adequassem ao modelo ideal. Para Fonseca (1989), no entanto, as diferenças nos padrões constituem-se muito mais como uma questão cultural do que apenas algo que surge da condição de miséria vivenciada por essas famílias.

Mas independente da raiz sobre as quais se edificam essas práticas nas famílias, a estrutura familiar diferente, bem como o cotidiano diferentemente organizado, não indicava, a priori, que as relações que ali se estabeleciam não eram saudáveis.

Mas, se Estado e sociedade mantinham suas atenções e discursos centrados nas estruturas das famílias e na sua composição, perdiam, conseqüentemente, de vista, a qualidade das inter-relações. Absorvidos pelas famílias, esse discurso e prática produziram ainda muitos efeitos, e as famílias, já inferiorizadas por suas precárias condições de vida e as humilhações desse fato decorrentes, sentiam-se ainda mais humilhadas e inferiorizadas.

Mas a realidade era e ainda é inegável, a família existe em uma diversidade tamanha de modelos, formas, arranjos e padrões altamente distintos, e por mais que tenham peso dentro de

uma sociedade modelos ideais, a realidade de cada família insiste em se mostrar específica, pois, como afirma Szymanski (1997, p. 27),

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa-de-força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar.

Compreendido isso, os pesquisadores de família tinham pela frente um novo desafio: como conceituar tamanha diversidade e definir o que é a família.

1.3 AS PROPOSTAS PARA UMA NOVA CONCEITUAÇÃO

Se inicialmente o termo “família”, tal como afirma Osterne (2001, p. 57), pautada nos estudos de Engels,

deriva de *famulus* (escravo doméstico), tendo sido expressão criada pelos romanos para designar um novo grupo social surgido entre as tribos latinas, quando da introdução da agricultura e da escravidão legal e que se compunha de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com poder de vida e de morte sobre todos.

Hoje essa conotação embora possua um peso historicamente importante, não se aplica à realidade, já que como afirma a mesma autora, o termo família daí por diante “tem servido para designar agrupamentos sociais e instituições essencialmente díspares entre si, tanto do ponto de vista de sua estrutura como de suas funções”. (OSTERNE, 2001, p. 57)

Tal variabilidade de estrutura, funções, arranjos, relações, composições e configurações, colocam mais uma série de impasses para aqueles que tomam a família como objeto de estudo, de forma que alguns pesquisadores como Mello (1997, p. 53), afirmam que “Não existe essa abstração que é **A FAMÍLIA**”.

✕Analisando a história social da família, Silva (1987, p. 45), assim como Mello (1997), considera que “à instituição familiar são atribuídas formas distintas conforme a época, formas estas tão díspares, que se chega mesmo a questionar a pertinência do nome ‘família’ para designar a todas essas formações sociais”.

Compartilhando dos mesmos impasses dos demais pesquisadores na utilização do termo família para designar essa imensa variabilidade de formas, arranjos e relações que montam esse universo chamado família, Miotto (1997, p.120) propõe um caminho: “não é possível falar de família, mas sim de famílias. O uso do plural se faz no sentido de abarcar, dentro da concepção família, a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira”

Dessa forma, os novos conceitos de família elaborados pelos pesquisadores contemporâneos procuram assumir toda a abrangência que a família apresenta. Já não se tratam mais de conceitos fechados ou inertes que pressupõem um modelo ideal, único ou mesmo relativo à determinada classe social. Conceituar esse objeto de estudo chamado família é mais um impasse para os pesquisadores.

Para Da Matta (1987, p. 125), por exemplo,

a família é um grupo social, bem como uma rede de relações. Funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na convivência social intensa e longa. É um dado de fato da existência social (...) e também constitui um valor, um ponto do sistema para o qual tudo deve tender.

Miotto (1997, p. 120), por sua vez, considera que

a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

Assim, na nova conceituação, a família, embora continue sendo vista como um elemento fundamental no processo de socialização das crianças e adolescentes, já não é mais concebida em função apenas dos laços biológicos ou civis, mas se coloca em relação contínua com a cultura, com a História, com os sucessivos e contínuos processos de transformação política, econômica e social.

E embora a conceituação seja nova, por buscar contemplar toda essa variabilidade do universo familiar, ou, ainda, por contemplar a família e sua relação concreta com o mundo cultural e social, o mesmo não se pode dizer da família, tal como afirma Figueira (1986), deparar-se com uma família realmente nova (o que quer que isso signifique) é algo que ainda está distante de acontecer, pois, como vimos, junto com os modelos ideais sempre coexistiram muitos outros.

Visto isso, percebe-se que a família aponta para vários desafios, e, apesar de todos os avanços alcançados nos estudos até aqui desenvolvidos, muitos ainda são os caminhos que precisam ser percorridos, a fim de encontrar conceitos e interpretações amplas, e ao mesmo tempo profundas, que dêem conta desse universo que, conforme as discussões desse capítulo, demonstraram do ponto de vista das diferentes ciências, e como apontam os dados atualmente conhecidos sobre família que serão apresentados no próximo item, se caracteriza como algo significativamente peculiar e ao mesmo tempo fluído.

2 AS CONFIGURAÇÕES DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Na ânsia de compreender como a família se configura na atual sociedade brasileira, procurou-se em autores distintos encontrar dados que nos permitissem em um primeiro momento, e ainda que brevemente, apontar as características estruturais e relacionais das famílias indicando, através de uma breve comparação entre décadas, como essas famílias foram mudando e chegando à contemporaneidade com determinadas características.

Com isso, não se quer conferir à realidade uma linearidade que ela certamente não possui, muito pelo contrário, o que se busca é demonstrar que quando se trata de família e sociedade nada é estanque. Além disso, é imprescindível descrever quem são as famílias junto às quais os assistentes sociais estão desenvolvendo suas ações profissionais, para que seja possível compreender então as configurações dessa prática.

Assim, em primeiro lugar, será apresentada uma caracterização da família brasileira a partir de sua estrutura, ou seja, de quantas pessoas se compõe, como é a renda dessas pessoas etc. Em um segundo momento, serão apresentadas, então, as características da família do ponto de vista relacional, ou seja, como as relações no interior da família encontram-se configuradas.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA FAMÍLIA

Tendo como universo de pesquisa os dados a respeito das características estruturais da família brasileira nessas três últimas décadas, 70, 80 e 90, tomados a partir de basicamente três fontes, Goldani (1994), Ribeiro (et al) (1994) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2000 (PNAD/2000), será realizada uma breve caracterização da estrutura das famílias brasileiras e de suas principais mudanças nesse período.

É importante ressaltar aqui que em um país como o Brasil, onde cada uma das várias regiões possui características totalmente peculiares, os números absolutos tornam-se verdadeiras

abstrações da realidade. Mas, abstrações ou não, eles nos possibilitam ao menos uma aproximação da realidade e a partir disso algumas novas e importantes reflexões.

As mudanças na estrutura das famílias brasileiras no período anteriormente descrito, serão apresentadas aqui a partir de três aspectos distintos, são eles: o tamanho das famílias, o tipo de organização mais comum e aspectos econômicos.

- O tamanho das famílias:

Em 1970, a média nacional do tamanho de famílias ficava em torno de 4,8 membros. Em 1980, essa média caiu para 3,9, e, em 1990, o número médio de pessoas por família cai para 3,4 pessoas. Assim, no Brasil vem sendo reduzido a cada década o número médio de pessoas por família.

Um fator de suma importância que aparece relacionado a este é a taxa de fecundidade. Na década de 70, ela ficava em torno 6,2, na década de 80 caiu para 2,5, e nos anos 90 fica em torno de 2,33, apresentando uma redução significativa nessas últimas três décadas.

- O tipo de organização mais comum:

A organização mais freqüente no Brasil nessas décadas é a família nuclear. Porém, a tendência que se manifesta na década de 70 perpassa a década de 80 e se consolida nos anos 90. é o aumento progressivo de outros arranjos familiares, de forma que o arranjo nuclear do tipo pai, mãe e filhos, torna-se cada vez mais difícil de ser encontrado na sociedade brasileira.

Por outro lado, o arranjo que parece mais ter aumentado é o monoparental, composto por qualquer um dos cônjuges e filhos. Entre estes ainda o que mais vem crescendo, é aquele chefiado por mulheres o qual quase dobrou de incidência nessas duas últimas décadas. No entanto, os dados da PNAD indicam que cerca de 74% das famílias brasileiras da década de 90 são chefiadas por homens, sendo esta uma tendência que predomina em todo o território nacional, se sobrepondo a todas as diferenças regionais.

Cabe ressaltar aqui, que de acordo com Ribeiro (et al) (1994), o arranjo familiar mais encontrado entre as famílias pobres é o monoparental, composto por mãe e filhos menores de 14 anos, sendo essa também uma tendência registrada desde a década 70.

Dois outros dados são nesse ponto expressivos, o fato do número de uniões consensuais ter aumentado significativamente nas últimas três décadas, bem como o número de divórcios.

Tais fatores contribuíram para que um outro fenômeno aumentasse de incidência: a existência de pessoas que vivem sós. Tal tendência pode ser relacionada a outros fatores, como o aumento da expectativa de vida, por exemplo. Na década de 70, a expectativa de vida dos brasileiros e brasileiras era algo em torno dos 54 anos, em 1980 essa média subiu para 67 anos, e, em 1990 chega aos 68,4 anos. No entanto, essa taxa varia de acordo com o sexo, e, no Brasil ela foi, ao longo das décadas em questão, maior para as mulheres do que para os homens, com uma diferença que já alcançou a marca dos 8 anos.

- Aspectos econômicos:

Como já foi citado, o arranjo familiar mais encontrado entre as famílias pobres é o monoparental, composto por mãe e filhos menores de 14 anos, são essas famílias as que apresentam menor renda em relação aos demais tipos de arranjos, cerca de meio salário mínimo, sendo que 41,5% delas no ano de 1990, encontravam-se na chamada “linha de pobreza”. Em 1990, mais de um terço das famílias brasileiras, cerca de 36,8%, encontrava-se na chamada “linha de pobreza” vivendo, ou melhor, sobrevivendo, com menos de meio salário mínimo *per capita*. Esse limiar, no entanto, varia de acordo com a zona a que se refere de maneira significativamente desigual. Assim, em 1990, 65,8% das famílias da zona rural encontravam-se abaixo da chamada “linha de pobreza”, ao passo que, na zona urbana, o percentual de famílias na mesma condição era de 27,9%. Contudo, foi na zona urbana que a pobreza mais aumentou nos últimos anos, ficando este índice em torno de 43,8%. Vale lembrar que atualmente a maior parte das famílias pobres vive no Nordeste.

A renda nos demais tipos de arranjos familiares é bastante variável, mas entre eles os que apresentam maior rendimento são aqueles compostos por casal sem filhos, que auferem uma renda superior a dois salários mínimos.

De acordo com Petrucelli (1994), o fato de os casais sem filhos apresentarem uma renda maior está no fator de dependência. Para ele, são estes os que apresentam menor grau de dependência, já que, em geral, ambos trabalham, alcançando assim uma maior renda *per capita* que pode ser capitalizada, uma vez que, não tendo filhos, apresentam uma necessidade de consumo inferior.

Por outro lado, para o mesmo autor, o fato de as famílias chefiadas por mulheres serem aquelas que apresentam menor renda *per capita* indica que nestas o grau de dependência é maior, além disso, o desempenho da mulher na dupla jornada de trabalho, emprego e casa, faz

com que ela possua maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho em tempo integral.

Cabe perguntar então, se são todos esses fatores que relacionados conduziram as famílias a novos padrões relacionais ou seriam os novos padrões relacionais que conduziram às mudanças estruturais? Parece que a solução para o enigma está na dialética, ou melhor, no movimento dialético entre esses dois processos distintos e ao mesmo tempo intrinsecamente relacionados. Há, na verdade, uma interação entre eles, que torna o universo familiar algo ainda mais particular, pois como veremos a seguir, nada mais está dado a priori, tudo pode ser negociado.

2.2 AS CARACTERÍSTICAS RELACIONAIS DA FAMÍLIA

Se os modelos ideais submergiram diante da imensa variabilidade de arranjos familiares existentes, o mesmo parece ter acontecido com os padrões relacionais que aqueles modelos pregavam.

Como já foi colocado, mesmo não sendo os modelos predominantes na sociedade, a família patriarcal e a família nuclear monogâmica influenciaram, tal como afirma Da Matta (1987), em maior ou menor escala os demais modelos coexistentes, enquanto padrão de referência ao qual os demais modelos recorriam. Foi salientado ainda que, aqueles modelos propunham padrões relacionais hierárquicos que definiam ainda o espaço e as tarefas destinadas a cada um dos membros da família. Assim, os dois modelos **ideais** apresentavam as seguintes características: os homens dominavam mulheres, filhos e o espaço da rua, cabendo a eles o sustento da prole; as mulheres obedeciam aos seus maridos, incondicionalmente; a elas cabia o espaço doméstico e assim o cuidado com a casa e os filhos; os filhos, por sua vez, obedeciam aos seus pais.

Mas, se naquele contexto já era difícil para algumas famílias se igualarem aos modelos ideais, no contexto atual torna-se cada vez mais difícil para as famílias auferirem aqueles padrões, sobretudo para as famílias pobres. A monoparentalidade, os casais sem filhos, as pessoas sós, como foi possível perceber, são tipos de arranjos que vêm ganhando cada vez mais espaço na sociedade brasileira, nessas três últimas décadas.

Tais arranjos colocam para a sociedade toda uma maneira peculiar de relacionamento, que foge completamente aos moldes daqueles modelos ideais. A entrada da mulher no mercado de trabalho, a ausência do homem como chefe da família, as condições mais precárias de vida entre

outras coisas, tornaram tanto os papéis sexuais, como as obrigações entre pais e filhos mais flexíveis, de forma que nada disso está mais claramente preestabelecido.

Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres na família, antes predeterminadas, hoje são objeto de constantes negociações, sendo possíveis de serem revistas à luz destas negociações. (SARTI, 1997, p. 44)

Nesse sentido, completa Miotto (1997, p. 117), “a dinâmica relacional estabelecida em cada família não é dada, mas é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e externamente com o meio social mais amplo”.

A nova conjuntura brasileira determina ainda uma espécie de “ressurgimento” da família, não apenas como instância socializadora de crianças e adolescentes, mas como afirmam Da Matta (1987), Osterne (2001) e Miotto (1997), como instância provedora de serviços essenciais, os quais o Estado, que anteriormente os provia, vem a cada dia restringindo e, por que não dizer, privatizando e/ou “refilantropizando”. Assim a família é agora, como afirmam aqueles autores, escola, banco, agência de empregos etc. Na verdade, o que se acontece é um forte apelo as redes de solidariedade formadas a partir das famílias.

Trabalhando a questão das redes que surgem, sobretudo nas famílias de classes populares, Mello (1997, p. 55) afirma:

Não sei se é solidariedade o sentimento que predomina, creio, porém, que ele está mais próximo do conhecimento da verdadeira dimensão da carência, ou seja, esses sentimentos, quaisquer que sejam os seus nomes, são fruto de uma experiência real de ajuda. É importante levar em conta a prática do ajuda mútua para não cairmos na armadilha da solidariedade abstrata que idealizamos ou negamos que as classes populares possuam. Aquela que existe não é de fácil descrição ou fixação conceitual. É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde mas é calcada, apegada à sobrevivência. É feita de contradições pois é calculista e impulsiva, quase instintiva e essencialmente humana. O centro dessa rede de ajuda mútua é a família.

Outra mudança, que parece fundamental no processo de transformação dos padrões relacionais na família, é decorrente do aumento da expectativa de vida da população brasileira ocorrido nas últimas décadas. Tal aumento proporcionou, entre outras coisas, a convivência entre diferentes gerações por mais tempo na família e o aumento de trocas entre essas diferentes gerações. Para Vitale (1997, p. 91),

As relações intergeracionais compõem o tecido de transmissão, reprodução e transformação do mundo social. As gerações são portadoras de história, de ética e de representações peculiares no mundo. As gerações, no entanto, estão construídas umas em relação às outras.

Nesse processo de mudanças, a família se tornou mais frágil, seus vínculos tornaram-se mais vulneráveis com a instituição do divórcio, algumas tiveram seu tamanho reduzido, outras muitas ficaram mais pobres e passaram a precisar mais do Estado, ao mesmo tempo em que este privatizava serviços e encolhia o setor social. Nesse contexto, próprio da modernidade, o próprio cotidiano familiar, tal como afirma Carvalho (1997) se tornou fonte permanente de fatores estressantes para muitas famílias.

Vivendo então um cotidiano estressante, muitas famílias encontram dificuldades de lidar de maneira pacífica com seus conflitos, sejam eles instaurados a partir da própria dinâmica familiar, ou decorrentes das relações sociais, políticas e econômicas. Tais dificuldades têm contribuído para o aumento da incidência da violência no âmbito familiar e também na sociedade, uma vez que facilitam que “o trânsito da submissão à rebelião se faça sem mediações: se faça com explosões que machucam e violentam a si próprios e seus pares numa convivência, familiar e comunitária, estressante”. (CARVALHO, 1997, p. 15)

De acordo com a autora, essas explosões podem se dar também para fora, ou seja, a família pode gerar condutas que atinjam não apenas a ela própria ou algum de seus membros, mas também podem atingir instituições, por exemplo, ou um vizinho ou mesmo um estranho.

Assim, conforme Mioto (1998, p. 14), é possível dizer que as atitudes de violência que acontecem no âmbito familiar

expressam conflitos instaurados numa dinâmica familiar construída através de uma história repartida e ambivalente em relação a pólos hegemônicos diversos de uma sociedade extremamente contraditória e desigual. Dessa forma, a família não consegue articular-se como espaço de mediação entre os indivíduos e o contexto social.

Pautados na compreensão da mesma autora, é possível pensar ainda a violência como o resultado de uma dinâmica que vem, a partir de um determinado momento da história familiar, apresentando dificuldades. Dessa forma, pode-se questionar se não deveriam então as diferentes intervenções no universo familiar acontecer antes que essas condutas violentas se insturassem na família? Pela lógica, os programas, bem como as políticas sociais, deveriam voltar-se a dar apoio às famílias nos seus momentos de dificuldades, evitando, assim, a instauração dos processos destrutivos.

No entanto, como aponta o próximo item deste capítulo, as políticas sociais e os programas instituídos a partir delas, encontram-se, na sua maioria, voltados para um atendimento que pode ser denominado de “final de linha”, uma vez que não age no sentido da prevenção.

3 A FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Parece consenso entre os diferentes autores pesquisados, que nas últimas décadas a família tem se destacado no cenário nacional. No entanto, tal destaque tem oscilado entre o papel de vilã e de salvadora, em outras palavras, a família tem aparecido ora como a produtora dos problemas sociais que atualmente se colocam, ora como núcleo de onde vão emanar as soluções para os mesmos problemas.

Contudo, o contexto atual parece estar favorecendo a idéia da família como salvadora, uma vez que,

Hoje as contradições aprofundam-se cada vez mais, de um lado as demandas sociais de proteção social ganha nova configuração: a pobreza, o desemprego, a exclusão e as desigualdades impõem políticas sociais eficazes para a promoção da equidade, e de outro, a preservação de um patamar mínimo de gasto social que limita o Estado a definir diretrizes do sistema de reorganização das políticas sociais. (KAMEYAMA, 2001, p. 1)

Nesse contexto, a família é chamada a assumir uma série de funções e deixa, portanto, de ser, tal como afirma Da Matta (1987, p. 136),

apenas um modo de resolver a questão sexual ou um operador de reprodução física do sistema. Ela é também banco e escola, agência de serviço social e igreja, consultório médico e partido político, máquina de controlar o tempo e lugar onde temos cidadania perpétua, restaurante de luxo e local onde sabemos ser amados incondicionalmente.

Contudo, mesmo tendo diante de si tantas demandas, a família se configura na atualidade e se configurou ao longo da história, tal como afirma Mioto (2000), como um espaço destinado a cuidar e não a ser cuidado. Talvez em decorrência disso, não tenha existido, como será possível ver a seguir, uma mobilização social em torno das questões da família.

Dessa forma, tendo suas demandas protagonizadas por distintos movimentos preocupados com os diferentes segmentos que a compõem, a família se inseriu nas políticas sociais de forma segmentada/fragmentada, o que favoreceu a ausência de políticas públicas voltadas especificamente para a família. (Carvalho (1997); Takashima (1994); Barros (1995); Mito (2000)).

No entanto, tal como afirma Barros (1995), entre outros autores, as diferentes políticas sociais existentes, sejam elas de educação, habitação, saúde ou ainda de qualquer outra área, acabam perpassando o universo familiar e configurando uma política de atenção, cujo ponto central para quem a opera é a articulação das diferentes políticas existentes para a realização do atendimento familiar.

Para que seja possível compreender com mais clareza a relação que se estabelece entre família e políticas sociais será realizado, no primeiro momento deste item, uma breve recapitulação dos processos históricos que configuraram a realidade atual, em seguida, serão apresentados então alguns aspectos da atual relação que se estabelece entre família e políticas sociais.

3.1 OS PROCESSOS HISTÓRICOS

De acordo com Neder (1994), no Brasil, as primeiras estratégias direcionadas às famílias surgiram por iniciativa da Igreja Católica, em função da experiência que a mesma havia adquirido durante o Estado Novo como parceira deste, oferecendo suporte teórico e prático na implantação de políticas públicas. Dessa forma, a Igreja chega à República como o segmento mais apto a preencher as lacunas que a nova ordem republicana foi deixando no setor social.

Contudo, tal como afirma Iamamoto (1997), a preocupação com tais lacunas, que eram na verdade as diferentes expressões da questão social, é algo que só acontece a partir das grandes mobilizações realizadas pela classe operária nas duas primeiras décadas do século XIX. Tais mobilizações abrem, segundo a autora, o debate em torno da questão social e exigem atitudes, sejam do Estado, das frações dominantes ou mesmo da Igreja.

De acordo com Oliveira (1996), é a Igreja quem assume a parte principal dessa tarefa e o Estado se apresenta apenas como aquele que vai preservar e regular a ordem social. Para a autora, a Igreja concebe a questão social como um problema de ordem moral e religiosa e aponta como caminho para solucioná-la, os princípios cristãos. Como setor que vai atender aos princípios

colocados pela Igreja e pelo Estado atuando junto às massas, surge, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo, o Serviço Social no Brasil.

Para Costa (1994), a posição adotada pelo Serviço Social no período que antecede o Movimento de Reconceituação e a forma como este concebeu a família ao longo de sua trajetória, também foi algo decisivo para que não se consolidasse uma articulação em torno das questões da família.

Contudo, ainda que de maneira fragmentada e sem constituir um movimento social em favor das causas familiares, outros setores protagonizaram as questões da família, a partir das distintas demandas dos diferentes segmentos que a compõem (criança, adolescente, idoso, mulher etc.), conduzindo a importantes conquistas. Neste sentido, dois momentos da história marcam a luta e algumas conquistas desses segmentos.

O primeiro momento é a Assembléia Nacional Constituinte, que além de configurar-se como um momento de suma importância na História do país, também se mostrou fundamental para a articulação dos segmentos em torno de algumas questões. Assim, afirma Costa (1994), são exemplos de conquistas para a família, protagonizadas especialmente pelo movimento feminista, naquele momento: a ampliação do conceito de família, o estabelecimento da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal e a consolidação do divórcio, por exemplo.

Já a afirmação dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, o reconhecimento da igualdade de direitos aos filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção, ficando proibidas as designações discriminatórias relativas à filiação, são produto da ação dos grupos que se mobilizaram em favor da população infanto-juvenil. (COSTA, 1994, p. 21-22)

É ainda na nova Carta Constitucional que a Assistência Social se insere na Seguridade Social e passa a se inscrever como um direito, ainda que não para todos, mas somente para aqueles que dela necessitarem. O fato é que com isto, a Assistência Social auferiu status de política pública, já que até então como veremos no próximo capítulo, ela era eventual, feita sobretudo pela Igreja, através da filantropia e da caridade.

No entanto, até a década de 90, segundo Costa (1994), as organizações familiares então existentes no interior dos movimentos sociais brasileiros não haviam apresentado um protagonismo político de maior envergadura. Para o autor, de acordo com o perfil desses movimentos, eles podiam ser divididos em quatro grupos basicamente:

- a) O grupo constituído por organizações de carácter religioso, voltados à edificação cristã das famílias como, por exemplo, as pastorais da família e o movimento familiar cristão;
- b) O grupo composto por associações de profissionais, como psicólogos e assistentes sociais que atendem apoiando as famílias em dificuldades, utilizando-se da terapia familiar, como o é caso do Centro Brasileiro de Estudos da Família, por exemplo;
- c) O grupo formado por organizações de pais em favor da educação dos filhos, como, por exemplo, as associações de pais e mestres e os clubes de mães;
- d) O grupo composto por organizações que reúnem famílias envolvidas em atividades produtivas, como, por exemplo, o Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos Familiares.

O ano de 1994 inaugura o segundo momento de reflexão em torno das questões do universo familiar com a instituição do Ano Internacional da Família. A expectativa em torno desse ano, segundo Costa (1994), era de que pudesse gerar a articulação até então inexistente entre os diferentes segmentos que protagonizavam separadamente as questões da família.

No entanto, já em 1997, Carvalho (1997, p. 16) afirmava que a família era “uma ilustre desconhecida nas diretrizes e programas propostos pela política social brasileira”, apontando que a articulação idealizada por alguns setores organizados no ano de 1994, até então ainda não se havia consolidado. Da mesma forma, em 2001, Eroles (2001, p.1), afirma que “el diseño y la ejecución de las políticas sociales tradicionales prima una orientación sectorial y su enfoque se centra en las personas como individuos y no como pertenecientes a una familia”.

Nesse mesmo sentido assinalado pelos autores, apontam, como veremos no próximo item, as evidências às quais se pode chegar a partir da análise das atuais características das políticas sociais brasileiras.

3.2 OS ASPECTOS ATUAIS

A trajetória histórica delineada a partir das lutas sociais desenvolvidas em torno das questões da família, como foi possível verificar, não favoreceu a construção de uma política específica de atenção à família. Costa (1994).

Para Takashima (1994), a família brasileira sempre foi tratada através de políticas sociais de atendimento centradas nas figuras da “maternidade e infância”, “menor abandonado; delinqüente”, “menino de rua”, “excepcional” e “idoso”. Para a autora, a agravante disso, é que

todos esses foram vistos sempre de forma isolada e descontextualizada até mesmo de seus valores sócio-culturais.

Carvalho (2000), por sua vez, afirma que nas políticas de Assistência Social, por exemplo, muitas das demandas da família foram pulverizadas para outros setores. Dessa forma, não há uma perspectiva de totalidade, ou seja, não há benefícios de caráter familiar, mas sim benefícios para o idoso, para o morador de rua, para o portador de deficiência etc.

Assim, é possível dizer que embora não exista uma política específica de atenção à família, esta se insere, ainda que de forma fragmentada, nas distintas políticas públicas de áreas como saúde, educação e habitação, por exemplo, através dos diferentes segmentos que a compõem, tais como, mulher, criança, adolescente e idoso. Costa (1994), Takashima (1994), Eroles (2001), Barros (1995), Lo Vuolo (2001) e Carvalho (1997).

Neste sentido, programas como o Bolsa Escola e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), por exemplo, protagonizados pelo Governo Federal através do Ministério da Educação, embora não tenham a família como foco, uma vez que a inserção dos destinatários se faz a partir da criança, são exemplos de programas que têm repercussões importantes na família, contudo, a exemplos de outras políticas sociais que atingem a família, não prevêem os impactos que provocam na família.

Da mesma forma, a inexistência de uma política específica para a família, favoreceu a existência de uma certa imprecisão em relação a que órgão deveria realizar o atendimento à família nos diferentes países da América Latina. De acordo com LoVuolo (2001, p. 11),

En América Latina la institucionalidad social encargada de diseñar y ejecutar las políticas referidas a las familias es sumamente variada: desde ministerios de la familia, pasando por secretarías, subsecretarías y consejos adscritos a diversas instancias, hasta la ausencia de una institución responsable. También existen diferencias en cuanto a la concepción de familia entre las entidades gubernamentales encargadas del tema y el resto de la institucionalidad estatal.

LoVuolo (2001) ressalta ainda uma outra questão importante, a de que não há um consenso entre os diferentes órgãos de atendimento do que seja realmente a família. Barros (1995) ressalta ainda que, quando da existência de conceitos de família para definição de políticas, estes conceitos tendem a ser fechados e excludentes, ou seja, voltam-se para determinados tipos de família e deixam de fora outros tantos que não se enquadram na definição.

Com isso, se estabeleceu uma tendência a uma falsa universalização, as políticas sociais partem de uma igualdade que não existe entre as famílias, desconsideram sua imensa

especificidade, ou seja, definem um conceito como se todas as famílias se enquadrassem nele. Dessa forma, legitimam, de acordo com Barros (1995), a superioridade de um determinado modelo sobre outros. Assim desconsideram ainda uma informação fundamental lembrada por Romaneli (1997) e apontada nesse trabalho no segundo item desse capítulo: a imensa diversidade apresentada pelas famílias na sua organização, tanto no que se refere à composição quanto no que diz respeito às formas de sociabilidade que vigoram em seu interior.

Tudo isso imprimiu ainda nas políticas sociais públicas uma outra característica, elas não se voltaram ao atendimento de todas as famílias, mas apenas às famílias que falharam no cumprimento de alguma das funções que a sociedade espera que elas cumpram. Nesse sentido, afirma Mioto (2000, p. 219)

As ações públicas estão concentradas sobre famílias que faliram no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de suas crianças e adolescentes. A falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias. Portanto, as ações que lhes são destinadas têm o objetivo de torná-las aptas para que elas voltem a cumprir seu papel sem comprometer a estabilidade social.

Mioto (2000) levanta ainda uma outra questão fundamental, as políticas sociais públicas parecem não se orientar para a transformação e construção de uma emancipação da família. O que essas políticas realizariam, então, seria uma espécie de ajuste, já que, como afirma a autora, elas têm seus objetivos voltados para fazer com que a família cumpra o seu papel na sociedade e não comprometa assim a estabilidade social. Para que isso seja possível, prevalece nos serviços, de acordo com Takashima (1994) e Mioto (2000) uma cultura assistencialista.

Takashima (1994) afirma que o enfoque assistencialista se funda na imediatez conferida às ações, prevalece, segundo a autora, uma desarticulação de ações que levam a família a uma maior dependência e não à emancipação. Com esse enfoque, os membros da família são tratados, de acordo com a autora, mais como receptores de benesses do que como sujeitos de direitos, com isso, ao invés de a família se fortalecer e descobrir suas potencialidades, ela fica com a sua identidade ainda mais opaca.

Essa realidade, que exprime o “funcionamento” das políticas sociais que atingem a família, encontra-se relacionada ainda a um contexto mais amplo que marca as políticas sociais de uma forma geral: as políticas sociais encontram-se subordinadas às demais políticas vigentes no país, tal subordinação se dá sobretudo em relação às políticas econômicas. Isto tem uma série de consequências que vai da falta de recursos para serem aplicados em projetos sociais, à ausência de ações efetivas e eficazes neste setor.

De acordo com Barros (1995), isso acontece porque a forma como está organizada a atividade econômica não dá prioridade à família, mas à empresa. A autora afirma que se a família fosse de fato a célula básica da sociedade, tal como afirmam alguns países em suas cartas constitucionais, a satisfação de suas necessidades é que seria o ponto central do sistema e não a acumulação de capital. Para a autora, há ainda uma subordinação da família aos demais segmentos sociais, uma vez que a autonomia da família está limitada pela sua falta de poder, ela não tem defesa organizada, alguns organismos a defendem, porém têm pouca influência em relação a outros grupos que têm o poder de tomar as decisões.

Todas essas considerações realizadas indicam que historicamente a família foi vista, e ainda é, como um espaço de cuidado e não como um espaço a ser cuidado. Mioto (2000). Isto para Becker (1994, p. 61) se deve ao fato de que “a família como um grupo social, não é percebida como um fim em si mesma, mas pelas suas funções de oferecer condições de desenvolvimento a seus membros, e, **em especial**, às crianças”.

Com esse enfoque, as políticas sociais não se constituíram como formas eficazes de apoio às famílias. Aliado a isso acontece no Brasil, nessas três últimas décadas, como demonstraram os dados anteriormente apresentados, um aumento significativo do número de famílias em situação de pobreza. Assim, no espaço social, tarefas vão sendo impostas à família, ao mesmo tempo em que ela se torna mais frágil, mais pobre e dispõe, para o cumprimento dessas tarefas, de cada vez menos apoio.

Esse quadro faz das famílias, sobretudo das mais pobres, assíduas frequentadoras dos serviços sociais. Nesses serviços, um grande número de técnicos se faz presente e entre eles figuram os assistentes sociais.

Ora, a família se caracteriza historicamente como um campo privilegiado de atuação do Serviço Social, e para com ela muitos foram os tipos de abordagem adotados pelos profissionais. É sobre a construção histórica dessas abordagens, bem como da busca da compreensão das configurações atuais das mesmas, que trata o próximo capítulo desse trabalho.

CAPÍTULO II

DA ORIGEM DA PRÁTICA PROFISSIONAL À PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS

1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROFISSÃO

Para que seja possível reconhecer as diferentes implicações que permeiam a prática profissional dos assistentes sociais, será apresentada inicialmente neste capítulo uma retrospectiva a respeito da construção histórica do Serviço Social no cenário mundial e nacional.

Tal retrospectiva permitirá reconhecer os elementos de constituição histórica da profissão dos quais muitos deles se fazem presentes até os dias atuais e marcam profundamente a intervenção destes técnicos chamados assistentes sociais que têm nas famílias sujeitos privilegiados de seus processos de intervenção. Assim, essa retrospectiva será apresentada seguindo a ordem cronológica de surgimento do Serviço Social, apresentando então primeiro o cenário mundial, para, em seguida, apresentar o cenário nacional.

1.1 O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO MUNDIAL

De acordo com Oliveira (1996), durante a Antigüidade, a humanidade organizada em clãs, distribuía igualitariamente o alimento que produzia. As desigualdades sociais, nesse contexto, evidenciavam-se apenas nos momentos de crise econômica geradas por invasões, guerras ou ainda por catástrofes naturais. Essas eram épocas nas quais havia restrições quanto à distribuição do alimento.

O início da exploração agropecuária, como nova atividade econômica, e a estratificação social dela decorrente, favoreceu o surgimento da escravidão, da exploração de uns sobre os outros com fins econômicos, acirrando, assim, as desigualdades sociais. Aliada a isto ocorre, segundo a mesma autora, a introdução do pensamento cristão mudando completamente o caráter da assistência ao conferir a mesma, sentido e valor como ajuda aos necessitados.

A Igreja, nova precursora das obras sociais, expande sua influência, e passa então,

a liderar não apenas o setor religioso, mas também o setor social, desenvolvendo, nos mosteiros, ordens e congregações, atividades assistenciais destinadas aos pobres, enfermos, órfãos e viúvas, cumprindo, dessa forma, sua missão cristã. (OLIVEIRA, 1996, p. 88).

Com a prática da caridade através de instituições especializadas como hospitais, leprosários, orfanatos e escolas, a Igreja, até o século XIX, onerou o Estado de se preocupar com os problemas sociais. Dessa forma, afirma Oliveira (1996), o Estado preocupa-se apenas com a defesa do território e a manutenção da ordem interna. Porém, com a transformação das bases do sistema de produção que marcam a passagem do feudalismo para o capitalismo, ocorre um acirramento das desigualdades, sobretudo em função da exploração desenfreada da mão-de-obra que submetia os trabalhadores a péssimas condições de vida.

Além disso, nesse mesmo momento de acirramento das desigualdades, a hegemonia conquistada pela Igreja sofre alguns abalos quando os segmentos incomodados com as “regalias” e “desmandos” por ela praticados, resolvem realizar uma reforma, que acaba resultando em um movimento denominado de Reforma Protestante e que desvia as atenções da Igreja para as cisões que surgiam dentro dela, fazendo com que esta deixe um pouco de lado a questão da assistência.

Esse certo abandono da Igreja e o crescimento acelerado da pobreza fazem com que surjam em todo o mundo muitas manifestações por parte dos trabalhadores inconformados com a situação de pobreza e exploração a que estavam submetidos. O Estado vê-se obrigado então a tomar alguma atitude.

O Estado realiza assim, em função da insurreição de uma série de movimentos sociais, suas primeiras intervenções no domínio social, ainda que, de acordo com Oliveira (1996), tais medidas estivessem revestidas de um caráter assistencialista e repressivo. A Inglaterra teria sido então pioneira no assunto, instituindo uma série de leis denominadas “Leis para os Pobres” (poor laws). Em consequência dessas leis, afirma a autora, outros países legislaram sobre a assistência social. São essas primeiras iniciativas, que, na concepção desta autora, dão origem ao que mais tarde vai ser chamado de política social.

Contudo, tais leis e medidas tomadas por todo o mundo pareciam não ser capazes de oferecer às classes menos favorecidas possibilidades reais de mudança de vida. Nesse sentido, afirma Oliveira (1996, p. 95), “A assistência social, prestada de forma coercitiva, não solucionava os problemas dessas classes, o que determinou grave luta social entre a nobreza e o proletariado, através da nova classe, a burguesia”.

Dessa forma, tornava-se indispensável à burguesia, recorrer, de acordo com Martinelli (1997), a estratégias mais eficazes de controle social que pudessem conter o vigor das manifestações operárias e a aceleração da pobreza, bem como de todos os problemas dela decorrentes.

Ansiosa por conter as manifestações sociais, tanto na fábrica como em qualquer outro lugar, a burguesia lança mão das práticas sociais.

Assim, as novas formas de prática social e suas estratégias operacionais, de acordo com os interesses burgueses, tinham de construir mecanismos que dessem uma aura de legitimidade à ordem social burguesa, tornando-a inquestionável e, em consequência, aceitável pelo proletariado. (MARTINELLI, 1997, p. 62-63)

A prática social escolhida pela burguesia foi, de acordo com Martinelli (1997), a filantropia, uma vez que esta não alterava a condição das classes às quais se dirigia, apenas as manteria sob controle. Para essa atividade, a burguesia recorreu aos seus aliados históricos: Estado e Igreja.

Assim, é ainda no século XIX que se dá a primeira organização, ainda que bastante primária, de uma assistência social cujas tramas vão sendo tecidas pela articulação política e ideológica entre a Igreja, o Estado e o empresariado, que assim tecem também aquele que seria o primeiro campo de atuação do Serviço Social. Assim, de acordo com Martinelli (1997) e Oliveira (1996), é também nesse século, que o Serviço Social começa a se organizar pelo mundo nas suas protoformas e mais tarde, por volta de 1898, era criada nos Estados Unidos a primeira escola de Serviço Social (a Escola de Filantropia Aplicada) que tinha na figura de Mary Richmond a pioneira na profissão.

A partir daí surgem muitas outras entidades de ensino de Serviço Social pelo mundo. “A essa altura já não era mais possível conter a expansão dos cursos destinados ao preparo técnico-científico de pessoal qualificado para a ação social”. (MARTINELLI, 1997, p. 107). Neste sentido, acrescenta ainda a autora, que o surgimento dessas escolas pelo mundo estava associado ao agravamento da questão social nos países que as abrigavam, já que, em tal conjuntura de tensão social, uma ação que se colocasse como estratégia de controle assumia importância

destacada. Como demonstra o próximo item desse trabalho, é justamente dentro desta perspectiva que o Serviço Social surge no Brasil.

1.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO NACIONAL

No cenário nacional, a questão social emerge, como no resto do mundo, como reflexo do processo de advento do trabalho livre e sua generalização em um contexto histórico mundial marcado pela transição entre o feudalismo e o capitalismo. De acordo com Carvalho e Iamamoto (1990), a generalização do trabalho livre colocou a manutenção e reprodução da vida como algo a ser adquirido pelo trabalhador, através da venda da força de trabalho no mercado capitalista em troca de um salário. Assim,

Este (o operário) tem diante de si, como *proprietário*, não um senhor em particular, mas uma classe de capitalistas, à qual vende sua força de trabalho dominado pelo capital e, apesar do caráter aparentemente individual dessa vinculação, é aqui que aparece ainda mais claramente seu conteúdo social. Como vendedor livre de sua força de trabalho – a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista – sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital. Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da ‘verdadeira guerra civil’ que trava com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1990, p. 128)

É justamente essa “guerra” que o trabalhador vai travar com a classe capitalista, a fim de manter a própria existência e de seus familiares que vai fazer com que as atenções se voltem para a questão social até então deixada em segundo plano na história social para, de acordo com aqueles autores, progressivamente colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade.

O Estado brasileiro, assim como os demais, havia deixado até 1930 a questão social a cargo da Igreja Católica que, de acordo com Oliveira (1996), a tratava como um problema de ordem moral, cuja solução encontrava-se na vivência dos pressupostos cristãos da caridade e do amor para com o próximo.

Mas, com a Reforma, a Igreja brasileira também teve a sua estrutura assistencial abalada e como no resto do mundo, em um momento crítico onde as desigualdades estavam em evidência, sobretudo em função da consolidação do capitalismo. Carvalho e Iamamoto (1990, p. 131) descrevem a situação dos trabalhadores naquele momento histórico:

Amontoavam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito freqüente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito freqüentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço do rebaixamento salarial. É comum a observação sobre a existência de crianças operárias de até cinco anos e dos castigos corporais infligidos a aprendizes.

De acordo com os mesmos autores, tais condições de trabalho, apesar de todo o contexto adverso, tornaram visível ao trabalhador a necessidade de uma organização da classe operária, no sentido de se defender seu único patrimônio: a própria força de trabalho. Mas os trabalhadores buscavam, ainda, possibilidades de participar ou ainda de tomar para si as decisões que dizem respeito ao seu trabalho, percebem que sua organização será o único caminho possível para participar ativamente na sociedade.

Essa organização assume, no decorrer do período formas bastante diferenciadas em diversos estágios de seu desenvolvimento. Desde o início aparecem agrupamentos inteiramente desvinculados dos antigos grêmios corporativos, como a Associação de Socorro Mútuo e Caixas Benéficas, que desenvolvem atividade principalmente com fins assistenciais e cooperativos. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1990, p. 132)

De acordo com os autores, esses primeiros tipos de organização dão origem posteriormente às Sociedades de Resistência e aos Sindicatos que se constituirão nas principais formas de organização da classe operária nos períodos históricos que se seguem. As lutas centram-se na defesa dos salários, na duração das jornadas de trabalho, na proibição do trabalho infantil, no direito a férias, contrato coletivo de trabalho etc. Com estas reivindicações organizam-se, de acordo com Iamamoto (1997), as primeiras greves e manifestações operárias.

Torna-se iminente então a necessidade de se ter uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através do Estado. Essa regulamentação implicaria em leis sociais situadas em políticas que de alguma forma levassem em consideração os interesses dos operários. Desse modo, a questão social tomava forma de conflito entre a burguesia e o proletariado.

Dessa forma, além do Estado, outros dois setores estavam significativamente preocupados com a questão social: a Igreja Católica e a própria burguesia. De acordo com Lima (1987), preocupava a Igreja a idéia de que os movimentos sociais que já estavam colocando em debate a ordem social constituída pudessem se aproximar dos ideários do comunismo e do socialismo.

Assim aliados com vistas a um fim comum, a manutenção da ordem social vigente, a Igreja, o Estado e a burguesia encontram nas práticas sociais uma maneira de conter as lutas sociais e, ainda, de acordo com Martinelli (1997), de fortalecer a ilusão de que o Estado nutria um paternal interesse pelo cidadão.

Nessa perspectiva, de acordo com Martinelli (1997), Iamamoto (1997) e Oliveira (1996), Estado e Igreja assumem juntos a tarefa de enfrentamento da questão social e nesse momento surge, por iniciativa desses segmentos, mas principalmente da Igreja, o Serviço Social no Brasil. De acordo com Carvalho (1980, p. 47)

A agudização e a mudança de qualidade da 'questão social' determinam, assim, uma série diferenciada de respostas por parte das instâncias dominantes. Respostas que a partir do Estado, variam do acirramento da repressão ao esboço de uma política social integrativa. E, a partir da ação de particulares e da Igreja, explicitam-se no adensamento e aprofundamento de práticas assistenciais que tradicionalmente vinham sendo desenvolvidas.

Assim, a partir de 32 ocorre, segundo, Carvalho e Iamamoto (1990), uma diversificação e ampliação do aparato do movimento católico laico que se firmarão através da Ação Católica Brasileira em 1935 tendo como base as Encíclicas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno.

De acordo com Lima (1987), inicialmente a Igreja volta suas atenções ao laicato masculino com o intuito de fundar a Universidade Católica, em seguida voltou-se para a ala feminina, preparando as mulheres para a atuação na Ação Católica. Com esse objetivo foram realizados cursos para o grupo feminino e houve uma significativa ampliação do número de mulheres nos movimentos da Igreja.

Alguns membros da Igreja já afirmavam que uma educação específica para quem atuava no meio social era algo indispensável. Assim, pautados nessa idéia e utilizando-se dos meios próprios de Ação Católica, os segmentos leigos envolvidos com as ações no meio social resolvem se reunir para o desenvolvimento de uma programação chamada de "Semanas Sociais".

As Semanas Sociais, segundo Lima (1987), proporcionavam o encontro de vários movimentos católicos para cursos de formação social e outras atividades baseadas na Doutrina Social da Igreja. As Semanas Sociais contavam ainda com a autorização e o patrocínio das autoridades eclesásticas, delas surgiram grupos que programaram cursos de iniciação à Ação Social. A intensificação desses cursos da origem ao CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) na cidade de São Paulo. A maior preocupação do CEAS era realizar estudos da situação social e agir no social em total conformidade com a doutrina da Igreja. O CEAS dedicou-se, principalmente, à questão operária no Brasil. "O serviço Social começa a surgir como um 'departamento'

especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características, que, progressivamente, vai assumindo a sociedade brasileira". (CARVALHO, 1980, p. 59)

Ainda de acordo com Lima (1987), em 1936 realiza-se no Rio de Janeiro a primeira Semana de Ação Social provida pela Ação Social que preocupava-se naquele momento com a situação político-econômica e social do país, e o papel da Igreja frente a tudo isso. A segunda semana seria realizada em 1937, dando continuidade aos trabalhos iniciados na anterior. Tanto as semanas sociais promovidas no Rio, como aquelas promovidas em São Paulo, eram ministradas por profissionais vindas da França e da Bélgica. A primeira escola de Serviço Social no Brasil surgiria então da intensificação desses cursos promovidos pelos CEAS para a formação de Agentes Sociais. O CEAS de São Paulo desde o seu surgimento aspirava tornar-se uma escola e para isto envia para Bruxelas Maria Kiel e Albertina Ramos para cursarem a Escola Católica de Serviço Social.

Com o retorno das mesmas em 1935, o CEAS de São Paulo dá início aos preparativos para a fundação da primeira escola de Serviço Social do Brasil na cidade de São Paulo. Tal escola foi fundada então em 15 de fevereiro de 1936. A Escola absorve grande parte das atividades realizadas pelo CEAS e visava dar às suas alunas formação técnica e moral para o trabalho social. Por se tratar de uma escola católica, a base dos ensinamentos técnicos e morais era a Doutrina Social da Igreja que estava pautada sobre os ideais de justiça, solidariedade e caridade, ideais esses incorporados pelo Serviço Social.

Em 1936, já durante a primeira Semana Social realizada no Rio de Janeiro, surge nesse Estado a idéia de se fundar também ali uma escola de formação e recrutamento de pessoal especializado em Serviço Social. Assim, em julho do mesmo ano, sob o patrocínio de Dom Leme é criado o Instituto de Educação Familiar e Social (mais tarde denominado de Instituto Social). Tal instituto era formado por duas escolas distintas, a Escola de Serviço Social e a Escola de Formação Familiar.

A preocupação desta escola e os seus fundamentos eram os mesmos pregados na escola de São Paulo. Nos currículos iniciais constavam, de acordo com Lima (1987), matérias como Sociologia, Psicologia, Moral, Direito e Serviço Social, mais tarde foram incluídas matérias de Pedagogia do Ensino Popular e Trabalhos Domésticos, e, alguns anos depois, Biologia, Endocrinologia e História.

Seguiram-se a estas duas primeiras escolas muitas outras por todo o país. E assim, fortemente ligado aos pressupostos da Igreja Católica, o Serviço Social se consolida e se profissionaliza no Brasil. Mas, para Carvalho (1980, p. 60),

O Serviço Social não pode, assim, ser visto apenas a partir do desenvolvimento do prisma assistencial e caridoso da ideologia e prática católica. Se os procedimentos materiais desenvolvidos durante muitos anos pelo Serviço Social pouco se diferenciaram daqueles pejorativamente denominados de 'caridade tradicional', ganham no plano político um sentido explícito, e maior eficiência. O componente 'modernizador' em que se constitui o apostolado social dará um conteúdo novo à devoção e caridade cristã. O missionarismo doutrinário que começa a atuar através, e tendo por base, o equipamento assistencial desenvolvido pela Igreja e pela filantropia, não se caracterizará apenas como uma nova forma de caridade. Mas, principalmente, como uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas.

Esses aspectos levantados por Carvalho (1980), remetem a uma compreensão fundamental que diz respeito às características da prática profissional dos assistentes sociais. É justamente sobre essa prática que trata o próximo item desse trabalho.

2 A PRÁTICA PROFISSIONAL NO CENÁRIO BRASILEIRO

Vistos os aspectos gerais sob os quais a prática profissional se edifica, é possível discutir agora que configurações ela assumiu no cenário nacional. Tal discussão será realizada aqui sob duas perspectivas: a primeira apresenta os aspectos históricos dessa prática apontando para a forma como ela se estrutura; a segunda aponta para as determinações gerais que perpassam a intervenção profissional dos assistentes sociais.

2.1 OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL

X De acordo com Silva (1987, p. 37)

X Quando falamos em prática profissional, estamos indicando um tipo de atividade surgida para atendimento de determinadas necessidades sociais, através de serviços especializados. Estes serviços são prestados por um grupo de indivíduos treinados, legalmente habilitados, reconhecidos social e oficialmente, remunerados, e que se pautam por um código de ética e por um corpo de conhecimentos científicos.

No caso do Serviço Social, essa prática nasce, no Brasil e no resto do mundo, no entendimento de diversos autores como Martinelli (1997), por exemplo, impregnada pelos interesses burgueses e pela idéias católicas, no bojo de um contexto histórico marcado pela intensificação da questão social e pela busca daqueles dois setores por medidas, mecanismos ou práticas que pudessem conter as manifestações populares que surgiam, sobretudo por parte dos trabalhadores, em função do descontentamento diante da realidade social que se colocava.

Assim, o Serviço Social surge como uma “missão” muito clara, conter as manifestações populares e realizar o que Verdes-Leroux (1986) denomina de “transubstanciação ideológica”, na medida em que apontava a ordem social vigente e a dominação dela decorrente como algo natural e universal e, portanto, impassível de mudanças. A prática profissional qualificava-se

então como um importante instrumento de preservação do poder da classe dominante (alta burguesia, aristocratas e segmentos religiosos).

Para Martinelli (1997, p. 127), a prática profissional, ou ainda as ações do Serviço Social, ganham já na sua gênese um caráter de urgência, de prontidão para a ação, que tolhem, na compreensão da autora, qualquer possibilidade de reflexão e de crítica com relação a esse agir. “Sempre prontos para oferecer respostas urgentes às questões prementes, desde cedo os assistentes sociais foram imprimindo a profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante.”

Ora, mas como poderia ser diferente se, de acordo com Carvalho (1980), os currículos nas primeiras escolas de formação dos assistentes sociais surgidas por iniciativa da Igreja Católica utilizavam-se do autoritarismo e do paternalismo como práticas educativas? Outro fator a ser considerado é a origem social das primeiras assistentes sociais, classe média ou alta, e o caráter fortemente religioso assumido pelas escolas, eram influências que não podem ser perdidas de vista quando se pensa as características das práticas profissionais desenvolvidas pelas primeiras assistentes sociais.

Além disso, como vimos segundo Oliveira (1996), a questão social até a década de 30, foi concebida pela Igreja Católica, que se constituía na época no principal segmento social responsável pela realização da assistência, como uma questão de ordem moral e religiosa. E foi com essa concepção da questão social, dentro dos moldes ditados pela classe dominante de ajustamento e conservação da ordem social e assumindo aqueles conhecimentos pregados nas primeiras escolas de Serviço Social, que os primeiros assistentes sociais de origem essencialmente burguesa realizaram as suas primeiras intervenções.

Por sua utilidade para a manutenção e reprodução do sistema capitalista, os assistentes sociais eram, na visão de Martinelli (1997), bastante valorizados pela burguesia. Neste mesmo sentido complementa Iamamoto (1997, p. 42)

o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente ‘técnico-especializado’ de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’ que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou mais precisamente, sobre os segmentos destas que formam a ‘clientela’ das instituições que desenvolvem ‘programas sócio-assistenciais’.

É certo que com a mudança de orientação pela qual passa o Serviço Social nos anos 40, quando, de acordo com Martinelli (1997), o presidente Getúlio Vargas estreita suas relações com os Estados Unidos e envia profissionais para realizar estudos naquele país, provocando mudanças

não só no ensino de Serviço Social, mas também e principalmente nas suas práticas e abordagens. Isto porque, após a Segunda Guerra Mundial, os EUA mostraram interesse pelos países da América Latina e aproveitando a fase em que a Europa estava enfraquecida e o Serviço Social carente de apoio instrumental, tratou de implantar suas técnicas baseadas em autores neotomistas, na doutrina social da Igreja e também nas perspectivas funcionalistas.

Com isso, de acordo com Iamamoto (1997), o Serviço Social muda sua base de influência que até então era o Serviço Social Europeu de matriz conservadora Franco-Belga, para a Sociologia Conservadora Norte-Americana. As instituições norte-americanas ofereciam um programa de bolsas de estudo a assistentes sociais sul-americanas e assim o Serviço Social brasileiro passou a se estruturar nos moldes Norte-Americanos com a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade. Mas este não seria o único momento de redirecionamento da prática profissional.

Um segundo redirecionamento das práticas profissionais teria início por volta da década de 60, mas se consolidaria somente na década de 70, ficando conhecido no interior da profissão como Movimento de Reconceitualização.

Os agentes que protagonizavam esse movimento, de acordo com Martinelli (1997), buscavam, entre outras coisas, romper com um processo alienante no qual a profissão estava historicamente inserida e para tanto começam contestando o que até então havia sido tomado como válido e real na profissão sem um processo efetivo de reflexão, buscavam superar a certeza sensível e a representação imediata às quais se detinham as primeiras assistentes sociais em suas práticas. Nesse sentido, afirma a autora,

Tornando-se críticos de sua prática e da identidade à qual estava referenciada, adquiriam condições de refletir, procurando desvendar as tramas do real, para poder compreendê-lo, conhecendo a sua estrutura, captando a sua essência. Nesse movimento de busca, que exige oposição, negação, contradição, a identidade atribuída do Serviço Social era questionada, revisitada pelos 'agentes críticos', revelando suas inconsistências, fragilidades e submissões à lógica instituída pela sociedade de classe. (MARTINELLI, 1997, p. 139-140)

Ainda, a partir dos anos 60, o Serviço Social vai gradativamente assumindo sua participação no desenvolvimento nacional. "Em suma, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e dos setores empresariais". (IAMAMOTO, 1997, p. 31)

Para Iamamoto (1997) a questão da ruptura com a herança conservadora no âmbito da profissão, caracteriza-se por uma procura de novas bases que possam legitimar a ação

profissional. Essa busca implica, como já foi dito anteriormente, no reconhecimento das contradições sociais que se fazem presentes no exercício profissional, implica também que os profissionais se coloquem a serviço dos seus usuários posicionando-se, portanto, junto aos setores dominados da população. Nesse movimento, os profissionais precisam encontrar novos fundamentos teórico-científicos para orientar sua ação. Passa-se a analisar as implicações políticas do fazer profissional e a vincular à prática um projeto de classe.

Assim, ao final da década de 70 e início dos anos 80, os assistentes sociais construíam sua aliança com as classes trabalhadoras, tentando dar à prática uma nova direção que não podia mais negar a sua dimensão política e nem seu envolvimento no projeto de construção de uma sociedade mais democrática.

O objetivo da prática social transportava-se, assim, para uma outra dimensão onde a busca fundamental passava a ser a produção de novas relações sociais, a superação da sociedade capitalista. Sua legitimidade decorria de seu caráter mediador no processo de transformação da realidade, de busca de novas totalizações sociais. Uma nova dinâmica se colocava para o exercício profissional, baseando-se no movimento e não na estagnação, na ação coletiva e não na particular, na produção do novo e não na sacralização do instituído. (...) Na verdade, ao assumir como seu fim último a superação da sociedade capitalista, a profissão está assumindo sua própria superação em termos da condicionalidade material que hoje peculiariza sua prática. (MARTINELLI, 1997, p. 151)

Mas a prática profissional do Serviço Social reserva ainda muitas outras peculiaridades além dessas historicamente colocadas. Nos próximos dois itens desse trabalho, serão trabalhadas algumas dessas peculiaridades de acordo com duas linhas, uma que diz respeito aos aspectos gerais que perpassam a intervenção profissional do assistente social em qualquer área em que o Serviço Social atue e uma específica que diz respeito à prática profissional com famílias.

2.2 OS ASPECTOS GERAIS DA PRÁTICA PROFISSIONAL

A leitura dos diferentes autores, que buscaram compreender os processos de intervenção desenvolvidos pelos profissionais do Serviço Social ao longo dos caminhos percorridos, pela profissão revelou que existem além dos determinantes históricos da profissão, diferentes aspectos que perpassam a prática profissional em qualquer área onde o Serviço Social atue, tais como: os referenciais teórico-metodológicos que servem de base à ação, os valores, idéias e relações de poder estabelecidas a cada momento histórico.

Autores como Faleiros (1991) e Palma (1993) discutem alguns desses fatores. O primeiro busca desvendar no âmbito das relações socialmente construídas como se colocam as questões de poder profissional e institucional.

Para Faleiros (1991, p.7), o saber profissional e o poder institucional constituem-se em “formas históricas da relação entre classes e forças sociais e da relação entre Estado e sociedade. A produção e a organização do saber profissional são processos de domínio e de legitimação de classe, de controle e de direcionamento da dinâmica social”.

Dessa forma, para esse autor, o saber se coloca como uma forma de enfrentar desafios, de contornar ou mesmo de estimular conflitos e até como forma de justificar ou criticar a ordem social, de dar continuidade ou ainda de transformar a sociedade, e é nessa perspectiva que o saber se coloca no processo da luta de classes.

Nesse sentido, o autor acrescenta ainda que,

A relação do profissional no processo de intervenção do Estado, na mediação estatal, é vista de maneira contraditória, possibilitando ao mesmo tempo um reforço do processo de acumulação e de dominação, como um reforço e uma contribuição ao fortalecimento das organizações populares. (FALEIROS, 1991, p. 26)

Neste mesmo sentido, afirma Favero (1995, p. 10),

Lidando freqüentemente com situações emergenciais que exigem a prontidão da ação, contando com escassos recursos alternativos à intervenção legal e coercitiva, com poucos espaços para reflexões críticas sobre suas ações, o assistente social tem suas práticas muitas vezes rotinizadas, impregnadas de espontaneísmo, (...). Essa realidade contribui para a neutralização ou banalização da pobreza e termina se sobrepondo à coletivização de práticas individuais que se pautam num saber crítico e em posturas comprometidas com mudanças na realidade.

Palma (1993), também busca discutir as questões colocadas pelo exercício normativo das instituições. Para Palma (1993), no contexto da produção e da reprodução dos indivíduos e da sociedade, essa problemática se coloca como sugestiva para o Serviço Social e diz respeito à autonomia dos sujeitos frente aos programas institucionais.

Para o autor, além de esses programas apresentarem respostas insuficientes às demandas da população, os profissionais que neles atuam ainda tendem a tomar decisões seguindo a lógica das instituições e não da autonomia dos sujeitos. Para o autor, a questão é que

a demanda popular é assumida para ser compatibilizada com a iniciativa que a instituição está disposta a oferecer. As pessoas aceitam porque há uma violência imposta a partir da instituição, aquele que não se conformar à oferta institucional nas condições em que esta se faz, fica sem nada, fica fora dos requisitos. (PALMA, 1993, p.127)

Nessa perspectiva, afirma o autor, o profissional acaba realizando o enquadramento das pessoas aos pressupostos da instituição e os usuários por sua vez se sentem coagidos a aceitar essa condição como forma muitas vezes de manter a própria sobrevivência ou para não sofrer sanções.

Nesse sentido, afirma Souza (1982, p. 87-88),

Pode-se dizer que uma ação simplesmente pautada nas definições institucionais é sobretudo ideológica. Ela se define inteiramente fora da realidade da população cliente; no entanto, toma alguns dados dessa realidade da população cliente para serem utilizados como justificadores da ação a ser desenvolvida. O termo transformar muitas vezes se faz presente a este tipo de ação. Só que, neste contexto, transformar não é mais que manipular a população para aceitar, dócil e domesticadamente, as prescrições institucionais. À medida em que aceita e se integra nessas prescrições, passa a ser considerada 'população participante'.

Assim, por ser um profissional cujo fazer, de acordo com Iamamoto (1997), está diretamente relacionado ao contexto de uma organização e cujo processo de trabalho se concretiza, ainda que seja em parte de acordo com os princípios dessas organizações, o assistente social acaba muitas vezes tolhido em suas possibilidades de ação. Esse caráter da ação profissional é assim descrito por Palma (1993):

Em qualquer caso, está claro que a liberdade do profissional nunca é absoluta - nem no aparelho estatal, nem na Igreja, nem no organismo internacional. E o reconhecimento dos limites à iniciativa do assistente social em cada caso é um procedimento básico para escapar às aplicações mecânicas e receiptuais de fórmulas metodológicas petrificadas, que esvaziam a profissão da sua dimensão mais criativa. (PALMA, 1993, p. 171)

Em contrapartida, para Souza (1982, p. 87),

Independente das críticas institucionais e pensando nas possibilidades transformadoras da ação profissional, a experiência mostra que, de fato, por mais controladora que seja uma instituição, existem sempre perspectivas abertas ou mais fechadas a depender da particularidade institucional, que podem ser direcionadas à ação em função da problemática da população cliente. Ora, se o Assistente Social se restringe a executar irrefletidamente as diretrizes institucionais, sequer percebe a significação das suas funções quanto mais as possibilidades de redefini-las em função da problemática da população objeto desta sua ação.

Todas essas questões refletem-se de uma maneira muito objetiva na prática profissional. Faury (2000), analisando as práticas de assistentes sociais faz importantes considerações em relação ao assunto.

Para a autora, a ação é a única atividade que pode ser exercida diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas e da matéria, constituindo-se, dessa forma, em expressão da singularidade individual de tal forma que na ação o homem revela-se a si mesmo. Para ela, entre a ação e o discurso produzido pelos sujeitos que realizam essa ação, há uma relação e assim como na ação, também no discurso, há uma revelação do agente.

A análise dos dados colhidos pela autora demonstrou que o comportamento prático dos assistentes sociais pode sofrer a influência dos pressupostos da instituição na qual ele trabalha, das condições de trabalho das quais ele dispõe e da expectativa de produtividade que ele mesmo e também o usuário tem sobre o seu trabalho. (Nesse sentido, Faury (2000) define a intervenção profissional como a articulação entre as necessidades individuais e as condições sociais possíveis enquanto caminho estratégico e possibilidades de ação no exercício profissional. Trata-se, portanto, de um procedimento consciente e voluntário para modificar uma determinada situação do usuário do serviço.

Para ela, tomada nestes termos que definem a ação, a intervenção pode ser de dois tipos: *direta*, quando envolve a relação face a face com o usuário sendo ambos (profissional e usuário) atores sociais; e *indireta*, quando o assistente social é ator e o usuário aparece apenas como beneficiário.

Mas tanto na intervenção direta como na indireta ocorre uma conjugação dos diferentes fatores que marcam o exercício profissional, uma vez que eles encontram-se intrinsecamente relacionados de forma que se exprimem uns em função dos outros. Cabe ressaltar ainda que esses fatores se exprimem ainda de maneiras muito específicas, dependendo da área na qual o profissional encontra-se atuando, assim um profissional que atua em uma ONG, por exemplo, pode dispor de mais autonomia no direcionamento de suas práticas, do que aquele que atua, por exemplo, em uma empresa particular.

Mas o fazer profissional do assistente social reserva ainda importantes especificidades que se encontram diretamente relacionadas não apenas às instituições nas quais estes profissionais atuam, mas também em relação aos sujeitos junto aos quais essas ações são desenvolvidas.

Como foi visto no capítulo anterior, a família é um sujeito privilegiado junto ao qual a ação profissional acontece e é, ao mesmo tempo, um universo extremamente complexo. Dessa forma, torna-se inegável a especificidade da prática profissional com família e é justamente sobre essa prática que discorre o próximo item desse trabalho.

3 A PRÁTICA PROFISSIONAL COM FAMÍLIAS

Vistas as condições sob as quais emerge o Serviço Social no cenário mundial e nacional, e considerando ainda os diferentes aspectos que marcam historicamente a construção de sua prática profissional, bem como as especificidades da mesma de acordo com o objeto sobre o qual se desenvolve esta prática, este item do trabalho busca realizar algumas reflexões sobre a atuação profissional dos assistentes sociais com famílias.

Sobre este tema, que se constitui como o objeto de estudo deste trabalho, verifica-se a existência de uma tímida produção teórica. Dessa forma, inicia-se realizando algumas considerações iniciais a partir dos autores encontrados que versam sobre o assunto, em seguida, apresenta-se a proposta de pesquisa, através da qual pretende-se desvendar aquele objeto.

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com Silva (1987, p. 84),

Já Mary Richmond, em seu Diagnóstico Social, mostrava a importância de se considerar o cliente em suas múltiplas relações sociais, em especial com sua família de origem, considerando este, 'muitas vezes' o único caminho para obter resultados completo e duradouros'. Enfatizava também a necessidade de proceder a um estudo da família, de suas características básicas, de sua importância na gênese e no desenvolvimento dos problemas apresentados pelo cliente e das interferências do meio social sobre esta família caracterizada como 'unidade integradora'. A partir dessa época, toda a literatura do Serviço Social reafirma a necessidade de não se isolar o indivíduo de seu contexto familiar.

Contudo, a mesma autora considera que a idéia de trabalhar a família como unidade, embora pareça constante dentro do Serviço Social desde o seu surgimento, é algo que acontece apenas no plano discursivo, e não na prática, se caracterizando, então, na história da profissão, como uma espécie de "mito".

Nesse mesmo sentido, Silva (1987) considera ainda que quando a família era tomada como unidade, esse enfoque se dava a partir das “disfunções sociais” apresentadas por essas famílias. Conforme foi demonstrado, a proposta de intervenção que estava vigente nas primeiras escolas era a de ajustamento social e o enfoque no universo familiar foi justamente este, o de ajustar a família aos princípios propostos pelas classes sociais dominantes e manter assim a ordem social vigente.

Na aplicação dessa perspectiva, o Estado foi fundamental, uma vez que, de acordo com Cunha (1997), ele teve como papel fiscalizar as famílias, especialmente as oriundas das classes empobrecidas. A ação do Estado e de muitos profissionais que estavam a seu serviço, e aí se inclui uma significativa parcela dos assistentes sociais, partia do pressuposto de que algumas famílias apresentavam certa incapacidade para educar as crianças e adolescentes, em função de sua estrutura considerada inadequada para permitir o bom desenvolvimento destes.

Os critérios para julgar se a estrutura familiar era ou não adequada, eram dados de acordo com um modelo de família tido como ideal. Como já foi discutido, este modelo era o da família burguesa composta por pai, mãe e filhos, vivendo em uma casa. Contudo, uma parcela significativa da população não se enquadrava nesse modelo, de forma que eram concebidos como uma classe de desviantes dentro de uma sociedade entendida como harmoniosa e onde cada parte possui sua função.

De acordo com Costa (1994), quando da estruturação do Serviço Social com base na metodologia de caso, grupo e comunidade, a intervenção com famílias se estabeleceu como uma intervenção de grupo e as questões sociais que perpassavam o universo familiar eram ignoradas pelos profissionais, ou seja, o universo familiar era tomado de maneira independente fora portanto do contexto social mais amplo, sem relação com a realidade social e todas as suas determinações. Além disso, afirma o autor, até o Movimento de Reconceituação, que marca um redirecionamento da prática profissional do Serviço Social, a questão da família foi relativizada em função da atuação junto a comunidades e movimentos sociais.

O Movimento de Reconceituação surge, como foi visto a partir de Martinelli (1997), da iniciativa de alguns agentes críticos preocupados em transcender as tramas do imediato e encontrar suas verdadeiras contradições. Esses agentes vão, pouco a pouco, tornando-se conscientes das contradições que envolvem a prática profissional e gerando conhecimento, a respeito dos processos sociais e também das suas próprias ações.

Assim, conforme demonstrou o item anterior, ao final da década de 70 e início dos anos 80, os assistentes sociais construíam sua aliança com as classes trabalhadoras tentando dar à prática uma nova direção que não podia mais negar a sua dimensão política e nem seu

envolvimento no projeto de construção de uma sociedade mais democrática. Essa nova orientação provocou uma revisão geral por parte dos profissionais a respeito dos referenciais que orientavam a sua ação.

Para Costa (1994), com o Movimento de Reconceituação os profissionais passaram a orientar as suas ações para a transformação social a partir de uma visão mais crítica de sociedade. Para o autor, esse posicionamento “propiciou a percepção da família no interior da questão mais ampla, contraditória e complexa do conflito de classes, sujeitando o entendimento da realidade social a todas as determinações, condicionamentos e influências decorrentes do novo enfoque”. (COSTA, 1994, p. 23)

Mas passada a euforia provocada pelo movimento, o Serviço Social, em meio a uma espécie de vazio conceitual em função da negação de uma série de teorias e metodologias que até então eram utilizadas pelos profissionais, encontra na década de 80 a Teoria Sistêmica como um novo instrumento para a atuação profissional com famílias.

Contudo, a Teoria Sistêmica também utilizada por outros profissionais, sobretudo pelos psicólogos, favoreceu uma certa psicologização dos problemas sociais. Da mesma forma, os movimentos da realidade já vêm suscitando nos profissionais uma nova discussão a respeito da Teoria Sistêmica, dando origem a uma terceira perspectiva no âmbito do Serviço Social que pode ser denominada de “Perspectiva Crítica”.

Esta perspectiva, de acordo com Miotto (2001), consiste no resgate da dimensão emancipatória da instrumentalidade profissional. Esta perspectiva, fundamentada no movimento dialético entre o universal, o singular e o particular, traz para a abordagem familiar um deslocamento que permite compreender as relações que se estabelecem entre cada um desses espaços abandonando de maneira definitiva a idéia de que os problemas estão localizados na família.

Mas as referências a respeito dessa perspectiva ainda são escassas, porém tudo indica que ela deve se tornar um novo e importante instrumento ao qual os profissionais podem recorrer para o trabalho com famílias. Da mesma forma, as discussões em torno da prática profissional com famílias ainda são um tanto quanto incipientes, a implicação disso é que um estudo que busque desvendar as bases reais dessa prática, só seja possível a partir da inserção nas tramas nas quais essa prática se tece, ou seja, no cotidiano da profissão.

Nesse sentido, se insere a proposta de pesquisa que será apresentada a seguir.

3.2 A PROPOSTA DA PESQUISA

A participação da autora no desenvolvimento do projeto de pesquisa *“Por onde caminham os processos de intervenção dos assistentes sociais em famílias com condutas autodestrutivas?”*, demonstrou que se a produção teórica existente a respeito de Serviço Social e família, tomados separadamente, é vasta, o mesmo não se pode dizer em relação à produção bibliográfica existente a respeito das relações que Serviço Social e família estabelecem entre si através da prática profissional.

Assim, diante da constatação de que a produção bibliográfica existente não permite uma aproximação com o cotidiano da profissão, universo este onde as práticas profissionais com família acontecem, surge então a proposta de pesquisa e de realização deste trabalho, como algo a ser realizado no âmbito das tramas do cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias a partir de objetivos muito específicos, que serão descritos a seguir.

3.2.1 Objetivos

3.2.1.1 Objetivo geral


Proceder a um estudo do cotidiano profissional dos assistentes sociais que desenvolvem suas práticas profissionais junto às famílias, para compreender as bases sobre as quais se organiza o trabalho profissional dos assistentes sociais com famílias.

3.2.1.2 Objetivos específicos

- a) Descrever e analisar as práticas ou ações profissionais que figuram no cotidiano da profissão;
- b) Identificar e analisar os principais fatores determinantes da ação profissional com famílias.

3.2.2 Metodologia

Ao propor um estudo do cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias, esta pesquisa buscaria a compreensão de fenômenos que não se exprimem em variáveis quantificáveis, e cuja análise exige um grau maior de aprofundamento em relação ao objeto, o que faz com a pesquisa tenha então uma natureza qualitativa.

 O desenvolvimento da pesquisa tomaria a definição da pesquisa qualitativa de acordo com os termos definidos por Minayo (1996, p. 21-22), para quem:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No que tange aos sujeitos da pesquisa, os assistentes sociais, estes seriam definidos a partir do critério já colocado no próprio objeto da pesquisa: assistentes sociais que trabalham em programas, projetos, organizações ou entidades cuja prática profissional estivesse voltada ao atendimento de famílias.

Com estes sujeitos, se buscaria uma abordagem típica da pesquisa qualitativa, nos termos definidos por Chizzotti (1991, p. 79), para quem: “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

O processo de coleta de dados, por sua vez, partiria do pressuposto colocado por Fávero (1995), de que a compreensão do cotidiano exige inserção no contexto particular em que ele se forma e que a reconstrução dos aspectos relativos a essa formação privilegia não apenas o olhar sobre as atividades que ele compreende, mas também sobre o que os discursos produzidos a partir desse cotidiano revelam.

Partiria ainda da compreensão de Certeau (1994), para quem as práticas que definem o cotidiano se expressam tanto no “campo verbal”, que seria o campo do discurso ou ainda da linguagem, quanto no “campo gestual”, que seria aquele de realização efetiva das práticas.

Dessa forma, o processo de coleta de dados se estruturaria então sob três bases distintas mais intrinsecamente relacionadas, quais sejam:

- a) Levantamento e pesquisa bibliográfica sobre o tema: esse procedimento, caracterizado então como o primeiro momento da pesquisa, consistiria na procura, leitura e análise de material bibliográfico produzido a respeito do tema, no intuito de reunir informações que pudessem posteriormente subsidiar a análise dos dados obtidos.

- b) Observação não participante através da técnica de coleta viva de dados*: esse momento pressupõe a formação de grupos de assistentes sociais que trabalham com famílias nos diferentes tipos de programas, projetos, instituições e organizações. Nesses grupos, se realizariam então, as discussões de temas pertinentes à temática família e mais especificamente aos processos interventivos que são realizados pelos profissionais junto às mesmas. Por esse procedimento, se buscaria desvendar como se estruturam, no discurso dos profissionais, os processos de intervenção, ou seja, o que os profissionais têm a dizer a respeito do seu fazer profissional cotidiano. Por motivos éticos, a identidade dos profissionais participantes desses grupos seria preservada no momento de produção do trabalho. A documentação decorrente, por sua vez, constaria de relatórios, onde se encontrariam registradas as anotações realizadas pela pesquisadora ao longo das reuniões. Neles seriam descritas, literalmente, as falas dos profissionais no contexto das reuniões realizadas. Nesses grupos, a observação enquanto procedimento técnico se desenvolveria nos termos definidos por Chizzotti (1996, p 153), para quem:

Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um 'fenômeno social' significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc.

- b) Observação das ações profissionais no cotidiano da profissão: esse procedimento se caracterizaria pela observação participante no âmbito de serviços sociais de atendimento à família. A seleção do local, onde essa observação seria realizada, se daria a partir de três critérios, quais sejam: 1) que fosse uma instituição que contasse com o maior número de profissionais do Serviço Social possível; 2) que tivesse a sua prática voltada ao atendimento de famílias; e 3) que pelo menos uma parte dos profissionais nela atuantes tivessem participado dos grupos de coleta viva de dados.

* "Este procedimento inspira-se na investigação realizada por Neve (1995) sobre o exercício do controle social dos assistentes sociais nos serviços. Trata-se da formação de um grupo de assistentes sociais que trabalham com o fenômeno em pauta, dispostos a conversar sobre o tema e os seus respectivos processos interventivos. A participação no grupo é voluntária. O tempo e a frequência dos encontros é proposta pelo pesquisador e negociada com o grupo a partir do interesse da pesquisa". (MIOTO, 2000).

O processo de observação participante seria então realizado nos termos definidos por Minayo (1996, p. 59), para quem: “A técnica da observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. O principal elemento de registro desse processo seria então o diário de campo da pesquisa. Nele seriam registradas as informações relativas a cada dia de observação realizado.

Assim, a partir dessas definições metodológicas e tendo por base os objetivos anteriormente dispostos, a presente proposta de pesquisa foi concretizada e é sobre a dinâmica de realização da mesma que trata o próximo item desse trabalho.

3.3 A DINÂMICA DA PESQUISA

Tendo seus estudos desenvolvidos a partir do projeto já anteriormente citado, a primeira parte dos estudos desta pesquisa teve início em gosto do ano 2000, com a leitura de autores distintos que tratam da questão da família e da intervenção profissional dos assistentes sociais, além de outras bibliografias.

Iniciou-se, também, naquele período, o mapeamento dos serviços existentes onde poderiam ser encontrados os profissionais cuja atuação estivesse relacionada ao universo familiar e que poderiam, portanto, participar do processo de coleta viva de dados. Em seguida, foi realizado com os mesmos o primeiro contato através de ligações telefônicas nas quais foi efetuado o convite para a participação nos grupos.

Assim, o processo de coleta de dados, através dos grupos de profissionais, por sua vez, foi iniciado no dia onze de setembro de 2000, quando foi realizada a primeira reunião, das sete que ainda seriam realizadas, com o primeiro grupo de profissionais. Naquele momento, o grupo estava composto por sete assistentes sociais.

Dessas sete reuniões realizadas participaram cerca de quarenta assistentes sociais. Nesses grupos, coordenados pela orientadora da pesquisa, realizou-se a observação não participante que se estendeu até oito de fevereiro de 2001, quando foi realizada a última reunião com os profissionais.

Em julho de 2001, foi finalizada a primeira etapa da pesquisa. Inaugurando, a partir de agosto do mesmo ano, a segunda fase, agora com um novo método de coleta de dados, a observação participante realizada então junto ao Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar

(POASF) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) escolhido a partir daqueles três critérios já anteriormente apresentados.

A observação participante realizada nesse programa se estendeu entre primeiro de março e 16 de julho de 2001, totalizando 400 horas de pesquisa (observação). Nesse período, os dados colhidos foram sistematizados através das anotações no chamado “diário de campo da pesquisa”.

Nesse período foram reunidas informações a respeito das práticas desenvolvidas por cada um dos três assistentes sociais que atuam diretamente no programa, bem como, de alguns outros profissionais que embora atuassem em outros programas da PMF, mantinham contato direto com os profissionais do POASF, fosse pela prática de encaminhamentos, fosse através da integração das ações com vistas a um fim comum. Dessa forma, foram observados direta e cotidianamente três profissionais e indireta e esporadicamente cerca de outros dez, todos com intervenção direta na família.

Essas duas etapas revelaram-se momentos infinitamente ricos e permitiram uma aproximação através do discurso dos profissionais e da observação de suas ações cotidianas com a forma como se encontra organizado o cotidiano dos profissionais que atuam com famílias, como demonstram os dados apresentados no capítulo seguinte.

CAP III

AS TRAMAS DO COTIDIANO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM COM FAMÍLIAS

1 OS OLHARES SOBRE O COTIDIANO PROFISSIONAL

A organização dos dados colhidos com a pesquisa parte da compreensão estabelecida por Certeau (1994) a respeito do cotidiano. O autor compreende o cotidiano como um conjunto de práticas, táticas, estratégias e procedimentos orientados por uma linguagem que também o define. Assim o cotidiano poderia ser definido, na concepção do autor, em função das práticas que compreende e pela linguagem que o orienta.

Nesse sentido, haveria, então, duas formas de expressão do cotidiano, uma no campo gestual próprio das práticas e uma no campo verbal relativo então ao discurso dos sujeitos a respeito dessas práticas. No campo verbal se expressam, segundo Certeau (1994), as “artes de dizer” e no campo gestual as “artes de fazer”. O autor afirma ainda que as imbricações sociais existentes que ligam as “artes de dizer” às “artes de fazer” fazem com que as mesmas práticas se reproduzam ora no campo gestual, ora no campo verbal.

Considerando tudo isso, o cotidiano profissional dos assistentes sociais será abordado aqui a partir das práticas, procedimentos e estratégias que compreende. Da mesma forma, considerando as duas formas apontadas por Certeau (1994) de expressão dessas práticas, os dados da pesquisa serão apresentados primeiro em relação às “artes de dizer” e, em seguida, em relação às “artes de fazer”. Na primeira categoria se incluem os dados obtidos a partir da observação dos grupos de profissionais nas sete reuniões realizadas. Na segunda, estão compreendidas as informações relativas à observação participante no âmbito do serviço de atendimento.

A primeira categoria de dados revela, a partir do depoimento dos próprios profissionais, o olhar que os mesmos possuem a respeito de suas práticas, indica como eles se percebem na atuação profissional, que dificuldades encontram, que perspectivas reconhecem e como se sentem em relação a tudo isso. A segunda categoria, por sua vez, revela aspectos da prática profissional, apreendidos através do olhar da pesquisadora, a partir da constatação empírica realizada no momento em que as situações concretas, colocadas no cotidiano profissional, acontecem.

1.1 O COTIDIANO PROFISSIONAL NAS “ARTES DE DIZER”

Como já foi dito, a observação dos grupos de profissionais teve como documentação decorrente relatórios desenvolvidos com base nas discussões realizadas pelos profissionais. Nesses relatórios foram descritos literalmente os depoimentos dos profissionais, resguardando, por uma questão ética, suas identidades.

Tais depoimentos, no momento da sistematização dos dados, foram então organizados a partir dos pontos mais freqüentes nas falas dos profissionais e é nessa mesma perspectiva utilizada na sistematização que os depoimentos serão apresentados a seguir, acompanhados de alguns depoimentos que os ilustram. Após cada depoimento, segue-se ainda uma indicação relativa ao número do relatório no qual o mesmo encontra-se descrito, número esse relativo também à ordem cronológica de realização das reuniões, e um nome fictício conferido às profissionais participantes dos grupos.

Assim, entre os pontos relativos à prática profissional com famílias mais freqüentes nas discussões realizadas pelos profissionais, durante a coleta de dados nos grupos, figuram:

- **A fragilidade do atendimento prestado às famílias:** os profissionais afirmam que os atendimentos realizados têm um caráter pontual e emergencial. Como consequência disso, são apontadas: a circulação de pessoas através dos encaminhamentos para outras instituições e profissionais, a reincidência e a dependência que acaba sendo gerada pelo atendimento, bem como a espera demasiada das famílias com situações menos complexas em filas. Estes fatos aparecem justificados por elementos, tais como a falta de mais profissionais especializados para atuarem com estas questões, a falta de verbas e de ações coletivas, o excesso de burocracia e até a falta de conhecimento de uma metodologia mais adequada por parte dos profissionais; São exemplos de depoimentos dos profissionais que ilustram essa informação:

“Precisamos considerar que hoje não há um atendimento de acompanhamento só de encaminhamento. Cada profissional que atende vai lá e futrica a ferida e encaminha para outro que vai lá e faz tudo de novo, fica um jogo de empurra-empurra de um

profissional para outro, de uma instituição para outra. O que acaba acontecendo é que o caso reincide várias vezes". (Rel 2 – Márcia)

"Na minha opinião, o que é mais complicado são os recursos humanos e a metodologia. Fica impossível tornar o trabalho mais efetivo porque o assistente social se torna um faz-tudo, fica sem tempo para pensar sua metodologia de atendimento. A formação generalizada do assistente social também contribui para essa preocupação com a metodologia, já que nós não temos uma formação específica para lidar famílias. Isso gera um trabalho incompleto. As famílias são atendidas, ficam um tempão penduradas no programa, mas por não ter, por exemplo, um programa de geração de renda, elas são desligadas do programa e acabam voltando logo". (Rel 2- Camila)

- **As dificuldades de comunicação com outras organizações que realizam o atendimento de famílias:** isso se reflete pela dificuldade de estabelecer parcerias, relatada pelos profissionais e até mesmo na dificuldade de entender a lógica dos encaminhamentos. Este problema encontra-se relacionado, segundo os profissionais com a falta de uma linguagem comum entre as equipes profissionais ou até mesmo pela dificuldade em definir o que é de competência de cada órgão, são exemplos de depoimentos que ilustram essa informação:

"A pior coisa é que às vezes a gente recebe gente com o encaminhamento errado. Eu já recebi encaminhamento de um conselheiro de um menino de 14 anos para trabalhar, imagina! O conselheiro nem sabe que isso é contra o ECA!!". (Rel 4- Rosana)

"Eu também sinto essa desarticulação das ações, há muitas ações paralelas, muita gente fazendo a mesma coisa. E como tem vários órgãos que atendem famílias, às vezes tem dois programas atendendo a mesma família". (Rel 7- Fabiana)

"Há uma dificuldade de manter a unidade do atendimento, parece que os encaminhamentos são soltos". (Rel 7- Joana)

"Além disso, às vezes é difícil definir o que é o que é papel de um determinado órgão e o que é o nosso papel, parece que os assistentes sociais fazem a mesma coisa, só muda de órgão". (Rel 4- Suzana)

"Entre os encaminhamentos realizados por outros órgãos e as informações que nós constatamos existe um problema de terminologia e especificações entre as terminologias utilizadas para definir as situações, o que não nos permite confiar totalmente nos relatórios dos conselheiros". (Rel 4- Lúcia)

- **A preocupação em vencer alguns estigmas históricos inerentes à profissão:** podem ser citados como exemplos dos estigmas a que se referem os profissionais o caráter de fiscalização e punição, assistencialismo e até da filantropia empregados por algumas assistentes sociais ao longo da profissão; São exemplos de depoimentos colhidos que ilustram essa informação:

"Quando chega alguém a gente tenta não ter o princípio policlesco do Conselho, mas a gente coloca que eles foram encaminhados pelo Conselho, pergunta se eles sabem o porquê do encaminhamento, coloca para eles quais são os objetivos do programa e as ações que ele desenvolve. A gente também pergunta para a família se ela

acha que precisa ser atendida. A maioria concorda que sim, que precisa do atendimento". (Rel 1- Beatriz)

"A gente quer mudar algumas coisas, por exemplo, a questão das reuniões mensais que a gente faz uma vez por mês para discutir alguns temas quando as famílias vêm buscar cesta básica. A gente está pensando em mudar isso, porque as famílias têm necessidades diferentes". (Rel 1- Aline)

- **A preocupação em aproximar as famílias da instituição em que atuam:** os profissionais gostariam de encontrar formas de aproximar a família, de envolvê-la com o processo de intervenção; São exemplos de depoimentos que ilustram essa informação:

"A minha angústia surge por não saber como trazer a família mais para perto da creche aonde eu trabalho sem ser através de reuniões mensais ou em datas comemorativas... Eu queria saber como motivar a família... São muitas as dificuldades, se elas conhecessem o nosso trabalho teríamos menos dificuldades... Hoje o que é família? Não é só o pai e a mãe, às vezes é só o pai ou só a mãe. Como trazer a família para perto se os pais trabalham o dia inteiro e nós também?" (Rel 5- Fátima)

"Trabalho com 140 famílias, bastantes carentes, muitos filhos de pais separados onde o pai ou a mãe cuida sozinho dos filhos. Temos crianças abrigadas na casa lar, crianças aidéticas. A gente trabalha tendo como foco a criança, até porque não sobra tempo para trabalhar a família. Utilizamos para isso os momentos de arte... Trabalho a família só quando necessário, a gente sente a necessidade de trabalhar essa família, porque a gente sente na criança essa necessidade". (Rel 5- Julia)

- **A preocupação com a melhoria do atendimento:** os profissionais anseiam por encontrar formas de tornar o atendimento mais eficaz e efetivo, reconhecendo para isso seus pontos frágeis; São exemplos de depoimentos que ilustram essa informação:

"Muitas famílias a gente faz um atendimento emergencial sem um acompanhamento. A gente sabe que a família chegou, mas não sabe como vai ficar". (Rel 1- Aline)

"A gente tem um limite, que tipo de cuidado a gente tem que ter nesse atendimento? Que tipo de parcerias tem que estabelecer para atender essas famílias?". (Rel 5- Julia)

- **As angústias, dificuldades e incertezas que surgem ao lidar com a questão das famílias:** sentem-se responsabilizados pelo destino das famílias e sós para lidarem com uma série de problemas. Demonstram consciência da origem dessas angústias e também do contexto social mais amplo de onde emerge esse sentimento (retirada do Estado do setor social/flexibilização das relações de trabalho). O sentimento de incompetência e impotência gerado nos profissionais advém, também, de acordo com eles próprios, da cobrança de soluções por parte do poder público, que nem sempre estão nas mãos desses profissionais, mas do próprio poder público. Trabalhar com a ausência de políticas públicas articuladas, com a falta de verbas que subsidiem os programas e projetos, com a falta de agilidade dos órgãos burocráticos e ainda

conviver com a cobrança desses mesmos órgãos é algo que angustia os profissionais. Faz com se sintam incompetentes, faz com que se sintam responsabilizados por fatores que consideram não ser de sua responsabilidade, mas que afetam diretamente a qualidade do trabalho que eles desempenham; São exemplos de depoimentos colhidos que ilustram essa informação:

“Muitas vezes queremos encaminhar, nós até encaminhamos, mas não somos atendidas. O Estado está se retirando do social, a gente fica em uma rua sem saída”. (Rel 1- Aline)

“É um trabalho educativo, é preciso apontar caminhos, nós queremos sair dessa questão do assistencialismo justamente em uma época em que tudo se encaminha para isso”. (Rel 1-Beatriz)

“Poderíamos começar levantando os dados sobre as demandas das famílias, para fazer os encaminhamentos”. (Rel 4- Cíntia)

- **A sobrecarga de trabalho:** esta também é apontada como um fator que contribui para uma falta de eficiência dos serviços e que impossibilita muitas vezes um acompanhamento adequado de cada família, tal como seria necessário. Falam de resultados que não se fazem sentir e de falta de fé em famílias nas quais supõem já terem esgotado qualquer possibilidade de trabalho que possa vir a provocar mudanças. Esse fator pode ser relacionado ao atendimento emergencial e pontual, bem como com o trabalho no “final da linha”, que será analisado a seguir, são exemplos de depoimentos colhidos na observação que ilustram essa informação:

“Eles passam a responsabilidade para nós: ‘olha se não resolver, eu vou largar de mão’ é bem o que eles falam para gente, a gente se sente sobrecarregada”. (Rel 1- Fabiana)

“Além disso, a gente era cobrada pelo atendimento, mas não havia condições para isso”. (Rel 2- Carla)

- **A preocupação em estar trabalhando a família como um todo, como uma unidade:** apesar de apresentarem essa preocupação, os próprios profissionais reconhecem que na prática a intervenção acaba centrada no chamado “membro problema”, ou ainda em uma determinada e isolada situação. São exemplos de depoimentos que ilustram essa informação:

“Às vezes a gente trata um membro e esquece a família”. (Rel 1- Aline)

“A gente precisa estar preocupado não com um membro isolado da família, mas com a família como um todo, é preciso cuidar a família. É como quando uma criança se machuca, de nada adianta colocar o remédio no machucado se você não tentar acalmá-la”. (Rel 4- Cíntia)

- **O trabalho centrado no “final da linha”:** ou seja, os profissionais afirmam que o atendimento que realizam tende a acontecer só quando a situação atinge um determinado grau de complexidade, onde ela se torna realmente um problema é que o profissional atua nela.

Nestes casos, a intervenção se torna bem mais complexa e emergencial. O trabalho não se dá no sentido de prevenir a instauração ou mesmo a complexificação de determinada situação. Além disso, o trabalho acaba por se tornar pontual e a demora no atendimento acaba gerando novos problemas. O trabalho no chamado “fim da linha” é apontado como consequência de uma série de fatores tais como: o grande número de famílias que aguardam pelo atendimento que levam os profissionais a trabalharem primeiramente com aquelas situações que exigem uma intervenção mais emergencial, onde existe um maior grau de complexidade no enfrentamento das questões. São exemplos de depoimentos colhidos que ilustram essa informação:

“Passamos a fazer a opção pelos casos mais graves. Se a questão é só uma cesta básica, então isso é caso para a assistência pública e a gente passou a atender aos casos mais complicados”. (Rel 1- Cristina)

“Na verdade os órgãos de atendimento são para atender famílias que estão fora da normalidade, existe uma perspectiva de ajuste. A nossa função é dar conta disso, das situações catastróficas, dessas famílias que em geral já passam por todos os programas de atendimento”. (Rel 1- Aline)

“A gente já trabalha no fim da linha”. (Rel 1- Aline)

“A gente é bombeiro, só apaga fogo, atende sempre o que é pior, o que é mais grave, mais problemático”. (Rel 7- Joana)

- **A questão do controle social exercido pelos órgãos públicos:** os assistentes sociais apresentam um certo temor em relação ao fato de que suas práticas possam estar exercendo controle, no entanto, reconhecem que em determinados momentos isso acontece. São exemplos de depoimentos colhidos que ilustram essa informação:

“Existe mesmo essa questão do controle, as pessoas ficam rotuladas, perdem a questão do espaço público”. (Rel 5- Bárbara)

“A gente segue uma rotina e acho que não conseguimos perceber que existem outras alternativas mais interessantes para as famílias. A gente também cobra muito: ‘tá indo à escola, não tá indo? Tá indo ao AAA, não tá?’ Essas coisas cansam as pessoas, mas também fazem parte do nosso trabalho”. (Rel 2- Aline)

“No fim é a gente que vai até eles, porque eles não vêm. Se a gente tem um vínculo, a gente até que não trabalha com a questão da cobrança, mas quando não tem, é na base da cobrança mesmo”. (Rel 1- Grasiela)

1.2 O COTIDIANO PROFISSIONAL NAS “ARTES DE FAZER”

No que tange às configurações assumidas pelas práticas profissionais na forma como elas se organizam dentro desse universo chamado cotidiano profissional, será realizada essa discussão a partir dos dados obtidos pelo processo de observação participante no âmbito daquele serviço de atendimento, já citado.

Como o objetivo desse item é descrever a prática profissional, ou ainda as ações profissionais dos assistentes sociais com famílias, ele será então dividido em alíneas que apresentam distintos aspectos relativos à configuração dessas práticas/ações, definidos a partir da observação realizada, quais sejam:

a) O objeto da ação profissional

Objeto da intervenção profissional do Serviço Social no trabalho com famílias, pode ser definido a partir das situações de risco pessoal e social, vivenciadas pelas famílias. Tais situações são na verdade os diferentes reflexos da questão social no âmbito familiar.

Neste sentido foram identificados trabalhos profissionais com os seguintes recortes do objeto de intervenção: negligência familiar, de supervisão, de saúde e de higiene, por exemplo, violências (física, psicológica e sexual) cometidas por homens contra mulheres, adolescentes e crianças, ou ainda, por mulheres contra crianças e adolescentes; dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelas famílias excluídas do mercado de trabalho, ou ainda, incapazes de exercer atividade remunerada; dependência de adultos, adolescentes e crianças de substâncias como o álcool, a cocaína, a maconha e o crack; atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes; questões de saúde em geral, mas sobretudo relacionadas às pessoas portadoras do HIV; famílias com dificuldades de relacionamento; famílias com crianças em situação de rua; e prostituição de adultos, adolescentes e de crianças.

b) Os objetivos da ação profissional

No cotidiano da profissão, os profissionais verbalizam que suas ações têm como objetivo:

- Conhecer a família, sua realidade, sua dinâmica e suas especificidades;
- Identificar e estimular as potencialidades da família;
- Desvendar as redes de inserção da família e outras em que ela pode ser inserida;
- Promover momentos de reflexão, em que a família possa encontrar novas alternativas para o processo de educação das crianças e para as diferentes relações que perpassam o seu cotidiano;

- Possibilitar que a família conheça e tenha acesso aos direitos que possui;
- Gerar possibilidades, junto com a família, para que ela vença o processo de exclusão social, buscando a sua inserção em diferentes âmbitos da vida social (mercado de trabalho, saúde e educação);
- Fornecer benefícios materiais às famílias que necessitem;
- Proteger a criança, frente à impossibilidade de a família fazê-lo;
- Fornecer à família as informações necessárias para a gestão da vida cotidiana;
- Mobilizar os recursos sociais para o atendimento da família; e
- Criar condições para o desenvolvimento da autonomia das famílias visando à autogestão das mesmas.

c) O instrumental técnico-operativo

Para a concretização da ação, foi identificada a utilização dos seguintes instrumentos técnicos operativos pelos profissionais que atuam com famílias:

- Entrevistas:

Estas podem ser de dois tipos: abertas ou semi-estruturadas, dependendo dos objetivos empreendidos para ação. Elas são realizadas tanto no espaço físico da instituição, ou mesmo na casa das famílias atendidas através das visitas domiciliares.

- Entrevista aberta: caracteriza-se pela realização de um diálogo, onde a busca de informação se dá sem um roteiro prévio. Assim, é um procedimento de interação social entre sujeitos. É adequada para saber o que as pessoas sentem a respeito das coisas; caracteriza-se como uma técnica com perguntas cujo objetivo é obter dados que interessem ao acompanhamento. Este tipo de entrevista apresenta alguns pontos favoráveis entre eles: a flexibilidade do entrevistador esclarecer o significado das perguntas e respostas e a possibilidade da obtenção de maior número de respostas e, além disso, não exige que as pessoas saibam ler e escrever.

- Entrevista semi-estruturada: possui um roteiro básico, mas que não exclui a possibilidade de inserir outros elementos, colhe dados objetivos dando margem à subjetividade;

As entrevistas ainda podem ser individuais ou coletivas:

- Entrevistas individuais: caracterizam-se pela realização de qualquer um dos tipos de entrevista com o objetivo de conhecer algum dos membros da família com maior profundidade, perceber como vivencia os processos inerentes à dinâmica familiar, ou ainda fornecer alguma informação mais específica que interesse, por exemplo, a apenas um dos membros da família;
- Entrevistas coletivas: concretizam-se como uma forma de atendimentos em grupo, não são realizadas necessariamente dinâmicas de grupo, mas sim intervenções a partir de informações trazidas pelas famílias ou pelo profissional. Podem ser utilizadas para esclarecer situações familiares, contudo elas dificilmente se concretizam, já que a família quase nunca se apresenta completa;
- Visitas domiciliares: caracterizam-se pela realização de qualquer um dos tipos de entrevista no domicílio da família, elas permitem ao profissional conhecer, entre outras coisas, como a família se articula no espaço da casa e da comunidade e assim conhecer sua dinâmica e o cotidiano no qual as relações familiares se estabelecem;
- Estudos sociais: este instrumento se caracteriza como uma reunião de vários outros instrumentos que resultam na formulação de um documento onde diferentes aspectos como a história de vida, a identificação e a dinâmica familiar das famílias, crianças e adolescentes atendidos são sistematizados e apresentados na forma de um relatório. O estudo social resulta em um parecer sobre a situação;
- Estabelecimento de redes, alianças e/ou parcerias: de acordo com a natureza da ação que se pretende, torna-se necessário estabelecer redes, alianças e/ou parcerias entre as organizações, programas e serviços existentes. O estabelecimento destes é feito através de visitas às instituições, contatos telefônicos ou via comunicações internas (C.I.) e ofícios, dependendo da instituição;
- Reuniões de estudos de situação: estas são acontecem entre equipes técnicas, a fim de realizar o acompanhamento das ações que vêm sendo empreendidas e discutir as questões pertinentes ao processo de trabalho a ser realizado com a família. Servem como contribuição para o processo de avaliação das ações, técnicas, procedimentos e referenciais escolhidos, bem como dos impactos e resultados gerados pela intervenção;

- Encaminhamentos: são realizados, dependendo da instituição, através de documento específico onde consta o órgão encaminhador, o órgão para o qual se encaminha e o motivo ou solicitação que se realiza. Os encaminhamentos são um instrumento fundamental para concretizar a ação profissional, já que as instituições possuem um alcance limitado, de forma que o serviço oferecido por cada uma ajuda a complementar a rede de atendimento. Assim, são expedidos encaminhamentos para diferentes locais e serviços, tais como: hospitais, centros de saúde, escolas, creches, empresas e órgãos públicos;
- Abordagem em Grupo: esta é utilizada como um instrumento de reflexão muito importante para o processo sócio-terapêutico, uma vez que permite a troca de experiências entre as pessoas, bem como o debate em torno de temáticas que dizem respeito aos presentes. Nelas são utilizadas dinâmicas de grupo, que permitem ao coordenador, dependendo do objetivo, gerar processos de reflexão e assim alcançar diferentes questões.

d) A lógica da ação profissional

As observações realizadas permitem constatar que a lógica que rege as ações profissionais pode ser definida através de dois pontos fundamentais:

- As crises familiares; além das atribuições que o profissional planeja para realizar no seu dia-a-dia, ele é chamado a lidar com situações dos mais diferentes aspectos que surgem de maneira inesperada no seu cotidiano. Essas situações encontram-se, em sua maioria, ligadas a momentos de crise na dinâmica familiar das famílias em atendimento. Nesses momentos, a família procura o profissional imediatamente na ânsia de contar os fatos acontecidos e encontrar soluções, de preferência imediatas, para a situação. As situações mais comuns são respectivamente: crianças e adolescentes agredidos, mulheres agredidas, fuga de crianças e adolescentes de casa, procura por alimentos (cesta-básica) e remédios, e situações causadas pelo uso de entorpecentes, tais como, o álcool, a maconha e o crack, respectivamente. Cabe ressaltar que o número de atendimentos desse tipo (emergenciais) é muito maior do que o de atendimentos planejados e agendados. Nessas circunstâncias, a atividade de planejamento torna-se praticamente impossível para o assistente social, já que determinadas situações provocam mudanças completas nos planos de intervenção profissional, causando assim todo o tipo de dúvidas e dificuldades para o profissional e

colocando toda uma lógica particular para o cotidiano da profissão, que se torna, como verbalizaram alguns profissionais *“uma verdadeira caixinha de surpresas, porque a gente nunca sabe o que vai encontrar ou o que vai acontecer no dia seguinte”* (Rel 7 – Aline).

- O estabelecimento de prioridades: o profissional é chamado a estabelecer o que é e o que não é prioridade na hora de realizar o atendimento. Como não dispõe das condições necessárias para a realização do seu trabalho com efetividade, o profissional precisa estabelecer aquilo que é pior, que exige uma ação imediata, qual a família que precisa mais de determinado benefício, quem ele vai atender naquele dia, já que não pode atender a todos os que o procuram. As situações em que o profissional é chamado a estabelecer prioridades são as mais variadas possíveis, e têm relação tanto com a lógica de atendimento da instituição na qual o profissional se insere, quanto com as situações apresentadas pelas famílias. No entanto, estas são mais determinantes do que aquelas.

2 O COTIDIANO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Desvendadas as tramas sobre as quais se tecem cotidianamente as ações profissionais dos assistentes sociais com famílias, torna-se possível lançar então sobre as mesmas um olhar crítico, formulado a partir dos referenciais teóricos identificados nos dois primeiros capítulos desse trabalho. Tal olhar busca reconhecer a dinâmica com a qual se consolida a prática profissional e indicar as determinações gerais das mesmas.

Contudo, não se quer afirmar que em qualquer serviço de atendimento a família essas mesmas características possam ser encontradas ou ainda que todos os profissionais que colaboraram com essa pesquisa orientem suas práticas de acordo com as características aqui colocadas.

Considerando essas questões, será apresentada a seguir o que pode ser considerada como uma primeira aproximação com o cotidiano profissional a partir de duas perspectivas, a primeira relativa à sua dinâmica, e a segunda às determinações mais gerais desse cotidiano.

2.1 A DINÂMICA DO COTIDIANO PROFISSIONAL

A dinâmica do cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias parece ter como grande tônica o atendimento emergencial das famílias acionado a partir do estabelecimento de processos de crise na dinâmica familiar.

Dependendo do grau de impacto dessas crises na dinâmica das famílias, a procura pelo profissional é imediata (assim que o fato acontece) e requer soluções urgentes. Para o profissional, a questão está justamente nessa necessidade de resposta imediata, o que faz com que o tempo que ele dispõe para a reflexão e a ação seja muito curto.

Além disso, a ação profissional assume um caráter predominantemente emergencial e, dessa forma, atividades e atendimentos anteriormente planejados, porém aparentemente não tão emergenciais, passam a segundo plano na lógica da priorização do que é pior. E se essa é uma

tendência colocada na profissão no momento de sua gênese tal como afirma Martinelli (1997), as observações realizadas indicam que esta tendência ainda predomina no cotidiano profissional.

Assim, conforme foi identificado com a observação, o cotidiano profissional está centrado nos momentos de crise familiar. Contudo, essa centralidade não é algo impresso necessariamente pelo profissional e pode ser relacionada também à lógica de implementação das políticas sociais, programas e serviços de atendimento à família.

Como foi visto, Miotto (1998) e Carvalho (1997), entre outros autores, apontam que na lógica de criação das políticas sociais, programas e serviços de atendimento à família, prevalece o atendimento somente para aquelas famílias que de alguma forma falharam no cumprimento de sua função social. Mas esta lógica historicamente estabelecida vem sendo agravada pela consolidação de uma outra lógica, a neoliberal, que implica em uma menor intervenção do Estado no setor social.

Com isso são reduzidas as verbas destinadas aos diferentes setores sociais, ao mesmo tempo em que o número de pessoas que passam a precisar deles cresce a cada momento, o resultado disso para o assistente social é, entre outras coisas, a sobrecarga de trabalho e no caso da prática com famílias, ele é chamado a trabalhar com um número bem maior de famílias do que aquele que poderia ser considerado o ideal para garantir um bom acompanhamento profissional às mesmas.

Além disso, as instâncias superiores cobram pelo atendimento da demanda, porém sem aumentar o número de técnicos e sem fornecer as condições materiais necessárias para a realização de um acompanhamento profissional efetivo às famílias em atendimento. Diante disso, o profissional se vê obrigado a estabelecer prioridades e constantemente se surpreendem perguntando a si mesmos “o que é pior”, e deve, portanto, ser atendido imediatamente.

Assim, para ser atendida, a demanda apresentada pela família precisa ser algo urgente e em geral estar relacionada com algum tipo de conduta autodestrutiva. As condutas autodestrutivas são definidas por Smeke&Cassorla (1997), como formas de violência que resultam na destruição de seres humanos facilitadas direta ou indiretamente por si ou pelo próprio ambiente humano. Neste sentido, para os autores, elas podem ser divididas em quatro grupos:

- do ponto de vista individual auto-referido: suicídio, drogadição, uma parte das mortes acidentais;
- do ponto de vista individual referido ao outro: homicídios, outra parte das mortes acidentais, outras formas de agressão;
- do ponto de vista coletivo auto-referido: dificuldade de práticas e sentimentos solidários, competição perversa, dificuldades de organização social e política;

- do ponto de vista coletivo referido ao(s) outro(s): atropelamentos, chacinhas, queimas de arquivo, perversa distribuição de renda, manutenção de mortalidade elevada por doenças preveníveis, más condições de trabalho, poluição ambiental.

As observações realizadas permitem seguramente afirmar que os atendimentos realizados pelos assistentes sociais tendem a acontecer somente quando se instaura na família algum desses tipos de conduta autodestrutiva.

Relacionando essa afirmação com todas as características anteriormente apresentadas, percebe-se que as condutas autodestrutivas, podem ser apontadas como um ícone que aciona as ações profissionais, se constituindo dessa forma em um fator determinante na organização do cotidiano do assistente social.

Esse caráter determinante das condutas autodestrutivas no cotidiano da profissão, pode ser relacionado ainda com as características do cotidiano profissional anteriormente apresentadas, isto porque as situações que marcam a procura pelo profissional de forma mais imediata são principalmente as situações em que se instaura na família alguma conduta autodestrutiva ou quando essa conduta assume proporções inaceitáveis para algum membro da família. Além disso, como foi visto, o estabelecimento de prioridades também passa pelas condutas autodestrutivas, já que os profissionais tendem a priorizar o atendimento das famílias que apresentam esse tipo de conduta, pelo alto grau de sofrimento que elas implicam.

Outra característica do cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam com famílias, é que a inserção desta nos processos interventivos se dá a partir de um único membro da família, fazendo com prevaleçam assim os atendimentos individuais. Esta característica também aponta para o seguimento daquela lógica que se encontra colocada em uma esfera um pouco mais ampla, a das políticas sociais como assinalam autores como Takashima (1994) e Miotto (1997), entre outros autores.

A inserção de um único membro possui ainda um outro determinante quando existe na família algum tipo de conduta autodestrutiva. Nestes casos, as ações recaem sobre o membro que foi agredido, na ânsia de protegê-lo, ou do membro que agrediu, na ânsia de puni-lo, ajudá-lo ou mesmo afastá-lo do convívio familiar.

No entanto, quando da não existência de condutas autodestrutivas, os atendimentos tendem a acontecer muito mais com as mulheres do que com qualquer outro membro da família. Além de ser através da mulher, essa intervenção em geral tem como foco a relação pais e filhos, ainda que seja de uma maneira indireta.

É possível dizer então que o instrumento mais utilizado pelos profissionais é o atendimento individual, seja ele realizado no interior do serviço ou mesmo na casa da família, através das chamadas "visitas domiciliares". Para os atendimentos individuais, os profissionais

buscam agendar datas e horários, porém em geral a agenda não funciona em função de basicamente dois motivos: o primeiro seria o fato de que as famílias em geral não comparecem nos horários e dias marcados, e o segundo, diretamente relacionado ao primeiro, e que já foi citado, é que elas tendem a aparecer em horários e dias inesperados de acordo com as suas necessidades, ou ainda, como também já foi dito, nos momentos de crise familiar.

As visitas domiciliares são ainda um dos instrumentos mais utilizados pelos profissionais, elas possuem os mais variados objetivos, porém elas são comumente mais utilizadas quando acontece alguma situação de emergência na família ou, respectivamente, quando o profissional busca reatar o vínculo de atendimento com alguma família que eventualmente tenha perdido o contato. Também aqui, predominam as visitas de caráter emergencial.

Mas apesar dos atendimentos pontuais e emergenciais que prevalecem no cotidiano profissional, os profissionais estabelecem com as famílias, ou ainda com o membro com o qual mantém mais contatos profissionais, o que se chama de vínculo profissional. As observações indicam que existem bases bastante distintas sobre as quais o vínculo profissional se estabelece. Porém, observa-se um predomínio de construção desse vínculo, por parte da família, de acordo com as condições de conveniência.

Essa conveniência se deve ao fato de que a família só procura o profissional ou aceita que ele a procure, quando ela mesma percebe que isso pode ser de alguma forma vantajoso para ela. A noção de vantagem, contudo, é diferente para profissional e família, o que faz com que muitas vezes o atendimento se torne inviável. Para exemplificar, podemos citar uma situação muito comum, a de mulheres agredidas pelo marido: se em uma família atendida uma mulher for agredida, ela só relata o fato ao profissional se ela entender que precisa de ajuda para se separar do marido; se eventualmente ela desejar continuar vivendo com o marido, ela busca ocultar o fato para o profissional.

Esse tipo de comportamento revela uma segunda forma de vínculo que também é bastante comum, que é o vínculo estabelecido a partir do medo. Esse tipo de vínculo é comum também em famílias com crianças agredidas, onde os pais sentem-se ameaçados de perder os filhos se descumprirem as orientações fornecidas pelos profissionais. Souza (2001) registra ainda que no caso das agressões de pais contra filhos, as famílias podem simular melhoras com o intuito de diminuir a intervenção dos técnicos.

Porém, é possível assinalar ainda outras bases bastante comuns sobre as quais se estabelecem os vínculos profissionais: afetiva, quando a família e o profissional formam um elo quase que de amizade; e material, quando a família, por necessitar de algum benefício, material aceita as orientações do profissional.

No que tange à compreensão de família que vem embasando essas ações, percebe-se que os profissionais estão pautando suas ações em uma compreensão mais ampla de família, diretamente relacionada às sucessivas mudanças que as famílias passaram ao longo dos tempos, sobretudo no século XX. Assim, a compreensão de família, ou ainda o conceito de família, que parece permear as ações profissionais poderia ser definido da seguinte maneira: a família é um grupo de pessoas, ligadas ou não por laços consangüíneos, que se caracteriza pela vivência em comum e pela função social de proteger suas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, é possível dizer que se a compreensão em relação aos membros que compõem o núcleo familiar foi ampliada, o mesmo não aconteceu com as funções que se espera que a família cumpra. Tal como avalia Miotto (2000), o consenso existente entre os profissionais sobre as transformações da família, está centrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição, sendo que o mesmo não acontece com as funções familiares. Assim os profissionais preservam ainda uma perspectiva, de certa forma, funcionalista, já que esperam da família um certo padrão de funcionalidade que a princípio parece estar relacionado sobretudo à sua capacidade de proteção das crianças e adolescentes.

Sobre essas bases, as ações profissionais desenvolvidas nesse cotidiano podem ser caracterizadas resumidamente como:

- Pontuais: por centrarem-se em uma determinada situação ou membro da família identificado como “problema”;
- Emergenciais: por atenderem aos casos mais graves, com maior grau de complexidade, protelando os demais atendimentos e atividades;
- Fragmentadas: por realizarem o atendimento a partir de um indivíduo. Um outro aspecto dessa fragmentação também toca à questão dos encaminhamentos;
- Frágeis: tal fragilidade se exprime pela alta rotatividade das famílias pelas instituições, pela perpetuação de algumas questões ao longo de gerações em uma mesma família e a ausência de tempo de realizar um atendimento mais efetivo, dada a grande quantidade de atendimentos a ser realizada;
- Imbricadas: pela falta de comunicação entre os órgãos, as famílias são atendidas em várias instituições e por vários profissionais que sem saber até onde os outros profissionais já foram iniciam seus atendimentos repetindo ações que já foram realizadas;
- Centradas no “final de linha”: por incidirem sobre situações altamente complexas, esta característica está diretamente relacionada à primeira e à segunda características neste ponto apresentadas;

- Centradas na crise, na patologia ou na doença: por atender às famílias a partir de sua incapacidade ou falhas em suas funções sociais, seguindo a lógica colocada nas políticas sociais.

Contudo, está claro que tais características não são conferidas apenas pelos próprios profissionais, mas emergem de determinações que muitas vezes encontram-se fora do seu alcance. Nesse sentido, para que seja possível compreender as características acima elencadas é preciso indicar alguns dos muitos limites colocados na dinâmica do cotidiano para a concretização da ação profissional:

- A falta de coerência na linguagem empregada pelos diferentes órgãos de encaminhamento;
- O excesso de burocracia, conferindo lentidão ao desenvolvimento da ação;
- A insuficiência dos recursos disponíveis para suprir as demandas;
- A alta cobrança das instâncias superiores;
- A alta demanda que não é atendida;
- O reduzido número de profissionais atuando (sobrecarga de trabalho/excesso de tarefas/alta demanda em atendimento)
- As diretrizes das instituições;
- As diretrizes oriundas das três esferas governamentais, sobretudo através das políticas públicas;
- O baixo ou, muitas vezes, inexistente grau de envolvimento do usuário com o atendimento;
- A insuficiência de recursos disponíveis;
- Os encaminhamentos não concretizados.

Definidas de maneira geral nesses termos, as ações profissionais resguardam ainda características muito peculiares que podem ser identificadas em relação à sua natureza. Nesse sentido, Mioto (2000) considera que as ações profissionais dos assistentes sociais com famílias podem se dar em basicamente três níveis:

- a) **Proposição de Políticas Sociais:** neste nível se localizam as ações que estão direcionadas ao contexto social como um todo. Aqui o profissional é chamado a se comprometer com o contexto e propor alternativas que venham ao encontro das reais necessidades da população. No que tange, mais especificamente a família, o compromisso é de tratá-la como um todo, dentro de uma perspectiva que não a fragmente como vem acontecendo historicamente no país quando se pensa na questão das políticas sociais;

- b) Articulação e Organização dos Serviços: neste nível estão as ações relacionadas ao processo de organização e articulação dos serviços que se destinam ao atendimento da população e que concretizam na prática as propostas das políticas sociais;
- c) Intervenção Direta com as Famílias: neste nível estão localizadas as ações que dizem respeito ao trabalho realizado diretamente com a família. Aqui se localizam todos os processos interventivos realizados junto aos usuários.

As observações realizadas no cotidiano da profissão, bem como os depoimentos colhidos junto aos profissionais apontam que as ações dos assistentes sociais com famílias encontram-se *maciçamente concentradas no terceiro nível, ou seja, na intervenção direta com o usuário*. Além disso, os profissionais tendem a não considerar as ações referidas pela autora nos demais níveis, como formas de intervenção nas famílias.

Com relação à articulação e organização de serviços, os profissionais centram a ação na articulação dos diferentes serviços existentes, sejam eles destinados especificamente para a família ou não, visando ao atendimento das necessidades trazidas pelas famílias. No que tange à organização dos serviços para a adequação às possibilidades da família, eles agem localmente, procurando, por exemplo, a flexibilização dos horários de atendimento das instituições.

Na intervenção direta, atuam principalmente realizando ações sócio-educativas. Tais ações, através da socialização de conhecimentos e/ou informações levam as pessoas a discutir e refletir sobre determinadas situações e conteúdos. Estas ações não se desenvolvem necessariamente a partir de um sintoma apresentado pela família e compreendem, por exemplo, a orientação social, o apoio psicológico, a mediação familiar, atendimentos individuais, em família ou em grupos de famílias, entre outros.

Também estão compreendidas nos processos de intervenção direta ações de caráter sócio-terapêutico. Estas se desenvolvem a partir de um sintoma apresentado pela família, visando reverter uma situação por meio de um processo que inclui sucessivas reflexões. Esse processo, por sua vez, também inclui trabalho com grupos de famílias, atendimentos individuais e em família e mediações familiares.

Cabe ressaltar que entre esses dois tipos de ação, sócio-terapêutica e sócio-educativa, se coloca uma questão fundamental relativa ao caráter emergencial com que essas ações são muitas vezes empreendidas, o que prejudica tanto o caráter terapêutico quanto o sócio-educativo.

Mas além daquelas, as ações profissionais com famílias podem apresentar outras características, a ação pericial que pode ser tomada como exemplo. Esta se caracteriza pelo desenvolvimento de um procedimento no qual o profissional é solicitado a realizar um parecer a respeito de uma determinada situação. O parecer pode ser definido como uma opinião pautada em um conhecimento técnico específico referente a alguma situação também específica. Pareceres a

respeito do abrigo de crianças ou ainda sobre atos infracionais cometidos por adolescentes, são exemplos de ações periciais.

Todo esse processo de atenção à família pode englobar ainda ações de caráter emergencial que podem se concretizar tanto em ações diretas como em ações de encaminhamento de distintas naturezas tais como: constar de informações sobre a obtenção de documentos pessoais, de obtenção de cestas básicas e de roupas, ou ainda encaminhamento das crianças e adolescentes para algum projeto, serviço ou tratamento específico.

O cotidiano profissional, indiferente da natureza das ações que compreende, apresenta ainda determinações de caráter mais geral, relacionadas, por exemplo, à própria trajetória histórica da profissão, como demonstra o item a seguir.

2.2 AS DETERMINAÇÕES GERAIS DO COTIDIANO PROFISSIONAL

Como foi visto, conforme Miotto (2000), a intervenção profissional dos Assistentes Sociais com famílias pode se dar em basicamente três níveis: o da proposição de políticas sociais, o da articulação e organização dos serviços e o da intervenção direta com as famílias. Nesse sentido, a pesquisa no cotidiano da profissão dos assistentes sociais apontou que as ações profissionais estão localizadas no segundo, e de maneira mais específica no terceiro nível apontado por Miotto (2000), ou seja, na articulação e organização dos serviços e na intervenção direta com o usuário.

A localização das ações profissionais sobretudo no nível da intervenção direta com os usuários, indica o segmento de uma lógica que parece ter sido historicamente assimilada pelo Serviço Social desde o seu surgimento, como demonstram os estudos de Martinelli (1997) e Iamamoto (1997). Estas autoras apontam que as ações do Serviço Social já surgem impregnadas por um caráter espontâneo que tolhe a perspectiva de reflexão e impõe à ação um caráter imediato, onde a sistematização e análise mais profunda dos fatos não possuem posição privilegiada diante das emergências que surgem no cotidiano profissional e como vimos na trajetória histórica desenvolvida pelo Serviço Social tanto no Brasil como no mundo, essa parece ter sido historicamente a marca das ações profissionais.

Dentro dessa perspectiva imediatista das ações, propor políticas sociais ou ainda participar de instâncias que são social e legalmente responsáveis por propô-las, não são práticas tomadas como prioritárias dentro do cotidiano da profissão que tem nas situações emergenciais sua absoluta prioridade, como bem demonstram as observações realizadas e os próprios profissionais em seus discursos.

Os profissionais atuam, então, em função das crises familiares, sobretudo quando se instaura na família algum tipo de conduta autodestrutiva. E assim, de atendimento emergencial em atendimento emergencial todo o resto vai ficando para depois e os resquícios daquela prática alienada e alienante que marcava, de acordo com Martinelli (1997) o Serviço Social exatamente no momento de seu surgimento, se fazem efetivamente presentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais ainda nos nossos dias, e parece ser ainda mais iminente quando o assunto em voga é a família.

Como foi visto, a partir dos recortes com os quais os assistentes sociais desenvolvem suas práticas junto às famílias, estas trazem ao profissional todo tipo de demanda e exigem soluções prementes e imediatas para as situações que vivenciam, transferindo muitas vezes a responsabilidade pela condução de sua própria vida e conseqüentemente de seus membros para as mãos dos profissionais, como relatam os próprios profissionais em seus discursos e como nos foi possível várias vezes observar no cotidiano da profissão.

O trabalho profissional com famílias parece impor, assim, uma lógica ainda mais espontânea às ações do assistente social, encurtando ainda mais o tempo entre a reflexão e a ação. Além disso, como pode ser visto tanto a partir dos autores consultados, quanto a partir dos dados colhidos, esse atendimento tende a acontecer somente após o surgimento de algum tipo de sintoma na família, ou seja, quando a família já não percebe formas de conduzir suas próprias dificuldades ou ainda quando o sistema percebe que a conduta dessa família não contribui para o bom “funcionamento” da sociedade. Ora, foi dentro dessa lógica funcionalista que durante muito tempo a família foi estudada e trabalhada não apenas pelo Serviço Social, mas por diferentes ciências e profissões, como foi apontado no primeiro capítulo a partir de pesquisadores como Osterne (2001), por exemplo.

A complexidade do universo familiar também contribui para os impasses em torno desse universo, não se trata de algo fácil de definir, não se trata de algo estanque, como foi visto as ciências vão, pouco a pouco, descobrindo novas formas de lidar com a família. A família também vai construindo década a década novas formas de ser família dentro da sociedade e derrubando assim a percepção, centrada nos pressupostos, sobretudo funcionalistas, que favoreceu, como demonstram os estudos de Da Matta (1987), a formulação dos modelos ideais de família que serviram e talvez até ainda sirvam de referência para os demais tipos de família que se organizavam na sociedade, bem como, para os técnicos que atuam com famílias.

Nesse sentido, esta pesquisa aponta que as novas percepções de família identificadas por autores como Mioto (1998), entre outros, já foram assimiladas pelos assistentes sociais que quando não têm que pautar as suas intervenções nas concepções fechadas de família mantidas por

algumas instituições nas quais eles se inserem, atuam considerando a diversidade de organizações existentes como diferentes formas de se viver em família.

Mas a questão dos modelos ideais de família ainda parece assombrar as intervenções profissionais dos assistentes sociais com famílias, pois, como foi visto, os profissionais falam de outros modelos, buscam trabalhar com outros modelos, mas enfrentam ainda muitos limites.

E se tal como preconiza Souza (1982), ao colocar que Mary Richmond já pregava as questões da família como uma unidade de tratamento, os profissionais acabam, seja em função de seu cotidiano, seja em função da falta de compreensão de uma perspectiva mais global do indivíduo, seja seguindo a lógica das políticas sociais ou da própria instituição ou ainda por qualquer outro motivo, remetendo-se, tal como afirmam diversos autores já citados no segundo capítulo, aos atendimentos individuais. E mesmo quando tentam trabalhar a família como um todo, as observações demonstram que eles acabam atendendo mesmo é uma única pessoa da família, que quase sempre é uma mulher.

Nesse sentido, percebe-se que a fragmentação com a qual a família se insere nas políticas sociais, como demonstrado no primeiro capítulo a partir de autores como Carvalho (1997), acaba se refletindo nos serviços que se organizam a partir dessas políticas e assim essa fragmentação se repercute ainda na intervenção dos profissionais que como já foi colocado, acabam mesmo quando anseiam por trabalhar a família como um todo, trabalhando com um único membro, tal como nos mostram os dados colhidos.

Mas, como demonstram os dados a respeito da família apresentados no primeiro capítulo, a família não permaneceu alheia a tudo isso, não há mais como negar os processos de transformação do universo familiar que acabam por transformar a prática dos profissionais que com elas lidam. Uma família menor, mais pobre, em geral monoparental e chefiada por uma mulher dividida entre filhos menores de 14 anos, seu subemprego de meio período ou integral e sua casa; esse é o perfil de família que vem se consolidando no Brasil desde a década de 70 como foi possível perceber a partir de autores com Goldani (1994), Ribeiro (1994) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2000 (PNAD/2000). E é sobretudo com este tipo de família que os profissionais do Serviço Social vêm atuando.

Mas não foi só a família que mudou nessas últimas décadas. A sociedade mudou, o capitalismo se consolidou e os alimentos que na Antiguidade, tal como afirma Oliveira (1996), eram igualmente distribuídos, hoje são vendidos a altos preços nos grandes supermercados e até nas feiras mais populares. A nova realidade já não permite que homens e mulheres tenham espaços sociais previamente definidos e mesmo circulando de maneira ainda desigual dentro desses espaços, como no mercado de trabalho, por exemplo, as negociações, como afirma Carvalho (1997), agora estão abertas e cabe a cada um aceitá-las ou não.

A mudança de concepção de família como algo natural para algo construído socialmente também ajudou a derrubar a naturalização dos papéis sexuais e de gênero dentro da família, e hoje em um caso de guarda, por exemplo, já não se parte mais do princípio que a criança deve ficar com a mãe, mas de acordo com Araújo (1996), da premissa de que o que deve prevalecer é o melhor atendimento dos interesses da criança. Dessa forma, homens e mulheres colocam-se agora em igualdade diante do tribunal.

Mas tantas mudanças tornaram a família mais frágil e ao mesmo tempo mais atarefada dentro da sociedade precisando por tanto mais do apoio do Estado, mas é nessa mesma sociedade em que a família é “escola, posto de saúde, restaurante, banco, Igreja” como afirmam autores como Da Matta (1987), que se instaura o Estado Mínimo.

As políticas sociais, como demonstrado no Capítulo I, mostraram-se e se mostram ainda ineficientes para o atendimento da família e tornam o trabalho do profissional que já é permeado por uma série de limitações, que os próprios profissionais apontam em seus discursos mas que também são sinalizadas por autores como Faleiros (1991), Palma (1993) e Souza (1987), ainda mais complicado quando o assunto em questão é a família e as possibilidades reais de atendê-la.

Barros (1995) aponta para a fragilidade da família nesse contexto social, onde muitas tarefas lhe são passadas e muito pouco se faz para apoiá-la. Autores apontam que esse “abandono” da família como totalidade, está diretamente relacionado a fatores históricos relativos a como essas demandas foram protagonizadas dentro do cenário nacional (Costa 1994), e ao fato de que historicamente a família foi vista como um espaço de cuidado e não como um espaço a ser cuidado (Miotto, 2000).

Contudo, em 2001, na cidade de Porto Alegre, o LEIFAMS (Laboratório Interdisciplinar da Família) realizava um evento denominado “*Compreendendo e Cuidando a Família*”, dando indícios que a perspectiva historicamente colocada por aqueles autores pode estar sendo alterada, e as primeiras sementes para a construção de práticas capazes de efetivamente apoiar as famílias comecem a germinar. Isso pode ser dito também em função das evidências colocadas pelos profissionais nos seus discursos, quando afirmam a pontualidade de suas ações, o caráter emergencial que conferem às mesmas, a própria questão do controle que eles, mesmo a contragosto, exercem, bem como, porque eles mesmos apontam caminhos que pretendem percorrer para construir uma nova prática.

Estes aspectos ideológicos da intervenção profissional trazidos sobretudo por Carvalho (1980), constituem-se em outro aspecto fundamental a ser pensado tanto em termos históricos dentro da profissão, mas principalmente a partir das configurações que assumem dentro da realidade atual. Questões como a do ajustamento são estigmas que os profissionais assumiram historicamente e que até hoje eles estão tentando romper, o que não será uma tarefa fácil, pois

como pode ser visto, as políticas sociais encontram-se organizadas nessa perspectiva e não favorecem um trabalho preventivo, mas apenas paliativo que em nada altera as condições de vida das pessoas que atendem.

É certo que os primeiros passos para que um novo redirecionamento histórico da prática profissional já estão dados: os profissionais reconhecem em suas práticas elementos que se fazem presentes desde muito antes do movimento de reconceituação acontecer e que mesmo depois dele, embora tenham sido totalmente negados por ele, ainda se fazem presentes. Reconhecendo tais práticas, os profissionais já apontam caminhos que pretendem percorrer, na busca pela superação do pensamento funcionalista e da perspectiva de ajustamento. Essa busca já permitiu o surgimento da teoria sistêmica e as críticas feitas a esta teoria, que surgem agora a partir de uma revisão dos profissionais às suas práticas, apontam para o surgimento de uma nova perspectiva de atuação a partir de uma perspectiva crítica.

Seria o começo de uma nova conceituação da prática dentro da profissão? Talvez. O desejo de mudança já está colocado pela categoria, as famílias e a própria sociedade já estão colocando novos desafios, novas teorias para embasamento da prática já estão surgindo. A questão então é redirecionar o cotidiano profissional e encontrar formas efetivas de tornar o que verbalizam os profissionais em seus discursos, realidade prática e cotidiana, pois como pôde ser observado há uma grande distância entre o que verbalizam como objetivos de suas práticas e as práticas que de fato realizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar historicamente a formação de uma profissão nos dá subsídios para compreender a forma como essa profissão se coloca atualmente no contexto social, político e histórico. Não se trata de conferir linearidade a fenômenos que não possuem caráter linear, mas apenas de perceber que a história é delineada de uma maneira inteiramente nova a cada dia, mas sem desvincular-se dos fatos anteriores.

Assim, ao analisar a prática profissional dos assistentes sociais com famílias, nos deparamos com uma prática nova, por levar em conta as transformações familiares, por tomar os diferentes tipos de organização existentes atualmente como formas de se viver em família, por exemplo, porém essa prática ainda encontra-se fortemente marcada pela trajetória do passado.

Os profissionais apresentam no seu cotidiano um imenso mar de contradições, onde se propõem a lutar pela transformação, pela emancipação e potencialização das famílias e, no entanto, acabam agindo, mesmo que a contragosto, ajustando, conservando e preservando, assim, as bases de um sistema cada vez mais desigual e desumano.

É certo que essa prática encontra ainda muitos limites, limites estes que muitas vezes, e na grande maioria delas, estão fora do alcance dos profissionais. Mas estes já manifestam o desejo de redirecionar as suas práticas, já se propõem a mergulhar nas contradições que as perpassam e descobrir, assim, formas de reconduzi-las.

As famílias já mostraram que a posição de passividade é algo a ser rompido a qualquer tempo, por alguém disposto a germinar alguma idéia de transformação. Elas impõem sua lógica, exigem serviços, mas tudo de uma maneira ainda muito tímida porque estão apenas descobrindo o poder da organização coletiva e igualmente os seus direitos.

Além disso, a família se coloca para os profissionais que com ela atuam como um campo de atuação profissional em constante processo de transformação. Como foi visto, a família vem, nas últimas décadas, tornando-se menor, mais pobre, mais vulnerável e mais flexível, por assim dizer, já que não existe nela mais nada dado a priori. Dessa forma, os pressupostos funcionalistas

e católicos que marcavam o que era papel feminino e masculino dentro da família, sucumbem completamente diante dos novos padrões relacionais.

Não se tratam mais de modelos ideais, e, portanto, não há qualquer fórmula de intervenção pronta que dê conta desse universo. Como vimos, acompanhando o movimento da família na sociedade e o próprio movimento da sociedade, o Serviço Social aprofundou suas reflexões e buscou encontrar através de um processo de análise, as verdadeiras contradições que envolvem a sociedade, quando no seu interior aconteceu o Movimento de Reconceituação.

Mas, identificamos ainda hoje nas ações cotidianas dos assistentes sociais com família um caráter fragmentado, pontual e emergencial e estas, no entanto, são características que marcam o Serviço Social desde o seu surgimento. Contudo os profissionais já apontam nos seus discursos os grandes objetivos aos quais se propõem a realizar as suas ações, mas ainda não encontraram formas de aproximar suas práticas dos seus anseios.

As contradições ainda são muitas, e estão nitidamente colocadas no cotidiano da profissão, e a avaliação realizada pelos profissionais indica que eles têm consciência da fragilidade que envolve as suas práticas, notadamente fragmentadas, pontuais e emergenciais. Porém, a realidade cotidiana que os mesmos vivenciam na sua profissão ainda impõe muitos limites que dificultam que eles encontrem formas práticas de romper com esse tipo de ação, e busquem uma nova direção que possa, quem sabe, superar as limitações atuais e historicamente colocadas.

Talvez essa seja a principal contribuição desse trabalho, elucidar as práticas cotidianas dos profissionais, para que os mesmos possam novamente redefini-las dentro de outros parâmetros e perspectivas mais favoráveis à família.

As novas teorias que estão surgindo para orientar as intervenções, como a perspectiva crítica, por exemplo, parecem se movimentar no mesmo sentido, ou seja, na tentativa de realizar novamente, e dessa vez de fato, uma nova e verdadeira ruptura com os estigmas históricos e construir sobre novas bases essa relação Serviço Social e família, reconhecendo suas implicações reais, locais e globais, reconhecendo a interlocução com o contexto cultural, social, histórico e político, e rompendo de fato com as aparências do imediato, sem, contudo, abandoná-las como indicativo.

Como uma última consideração a ser realizada neste trabalho, consta a consciência dos limites teóricos dessa pesquisa, em função não apenas da própria complexidade do tema, mas também da ausência de um referencial teórico mais amplo sobre o assunto. Contudo, ressalta-se que como afirma Certeau (1994), a paisagem de uma pesquisa sempre apresenta algum valor, e mesmo que os profissionais não identifiquem suas práticas com as características estabelecidas a

partir dessa pesquisa, encontrarão nesse trabalho a possibilidade de revisitarem as suas práticas, ainda que seja para negar o que aqui se encontra escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. Perícia social judiciária: o modelo de Porto Alegre. **Caderno de Serviço Social**, Campinas, n. 16, p. 22-37, 2000.
- BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 60-76.
- BARROS, N. A. El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 49, p. 117-132, nov., 1995.
- CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. p. 11-22.
- _____. A política de assistência social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 144-155, mar., 2000.
- CARVALHO, R. IAMAMOTO, M. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- CARVALHO, R. Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 2, p. 43-71, mar. 1980.
- CASSORLA, R.; SMEKE, E. Comportamento suicida no adolescente: aspectos psicossociais. In: LEVISKY, D. (org.). **Adolescência e violência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CECCON, C., et al. **A vida na escola e a escola na vida**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COSTA, A. C. G. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 19- 25.

CUNHA, M. V. A desqualificação da família para educar. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, n.102, p. 46-64, 1997.

DA MATTA, R. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Â. M., et al. **Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. p. 115-136.

DOLZAN, C. **Falando e aprendendo**: Reflexões sobre a alfabetização de multirrepetentes a partir da linguagem. 1998. 90f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

EROLE, C. Familia y políticas públicas: su relación con la formación de posgrado y con la transferencia tecnológica. El Programa Familia y Sociedad de la Universidad Nacional de San Martín. In: **Programa de familia y sociedad**. Argentina: UNSAM, 2001.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1991.

FAURY, M.; GUELF, D. C. Práticas do cotidiano não incluem gênero. **Caderno de Serviço Social**, Campinas, n. 16, p. 38-60, 2000.

FÁVERO, E. T. Serviço Social, práticas judiciais, poder: a trajetória do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo de 1948 a 1958. **Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre a Criança e o Adolescente** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 2., p. 15-32, 1995.

FIGUEIRA, S. A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”. In: FIGUEIRA, S. A. (org). **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I. (org). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Loyola, 1995. p. 69-89.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. **A Produção da ignorância na escola**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 1998.

FROMM, E. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GOLDANI, A. M. As famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de pesquisa** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 91, p. 7-22, 1994.

GOMES, J. V. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A Família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. p. 61-72.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaio Crítico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KAMEYAMA, N. **As Novas tendências das políticas sociais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001.

LIMA, A. A. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1987.

LOVUOLO. Las familias en América Latina: diagnóstico y políticas públicas. In: Agenda Social, 2001. Disponível em: www.cipp.com.ar Acesso em: 13/03/2002.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5.ed., São Paulo: Cortez, 1997.

MELLO, S. L. Família perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A Família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. p. 51-60.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MIOTO, R. C. A intervenção dos assistentes sociais junto a famílias e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes: a instrumentalidade do Serviço Social em questão. In: **Caderno de resumos 10.º congresso brasileiro de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, 2001. p. 22.

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UnB, 2000.

_____. Famílias hoje: o começo da conversa. **Texto e Contexto**. Florianópolis, v. 2, n. 08., p. 211-219, mai/ago. 1999.

_____. Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. **Katálisis**, Florianópolis, n. 2, p. 20-25, 1998.

_____. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 55, p.114-130, abr, 1997.

_____. Por onde caminham os processos de intervenção dos assistentes sociais em famílias com condutas auto-destrutivas? **Projeto de pesquisa**: Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.

NEDER, G. Ajustando o Foco das Lentes: um olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 26 a 46.

OLIVEIRA, H. M. J. **Assistência social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social**. Florianópolis: editora da Universidade Federal de Santa Catarina. 1996.

OSTERNE, M. S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUCE. 2001.

PALMA, D. **A prática política dos profissionais, o caso do Serviço Social**. 2.ed., São Paulo: Cortez, 1993.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO - 2000 (PNAD/2000). Disponível em: www.ibge.gov.com.br. Acesso em 12/12/2001.

PETRUCCELLI, J. L. Nupcialidade. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 159 a 171.

RIBEIRO, R. M., et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 135 a 158.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. p. 73-88.

ROSEMBERG, L. **Educação e desigualdade social**. São Paulo: Ática, 1984.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A Família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. p. 39-50.

→ SILVA, M. M. R. **Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia**. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1987.

SOUZA, M. L. Reflexões sobre o agir do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 8, p. 85-98, mar, 1987.

SOUZA, M. P. Famílias em situação de violência: mediando conflitos. In: VERONESE, J.R.P.; SOUZA, M. P.; MIOTO, R.C.T. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

SZYMANSKI, H. Teorias e 'teorias' de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A Família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. p. 23-28.

TAKASHIMA, G. M. K. O Desafio da Política de Atenção à Família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 19-25.

VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A Família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997. 89-96.

VERDÉS-LEROUX, J. **Trabalhador social: práticas, hábitos, ethos, formas de intervenção**. Trad. René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.